

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO DE
PRESIDENTE PRUDENTE**

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**O SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: UM
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE UMA INSTITUIÇÃO DO TERCEIRO SETOR
UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA**

Camila Moutinho Soares
Carolina Beatriz Viotto
Nathalia Lemes Cardoso

Presidente Prudente/SP
2018

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO DE
PRESIDENTE PRUDENTE**

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**O SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: UM
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE UMA INSTITUIÇÃO DO TERCEIRO SETOR E
UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA**

Camila Moutinho Soares
Carolina Beatriz Viotto
Nathalia Lemes Cardoso

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social, sob orientação da Profa. Ma.
Elizabeth Soares Pinheiro Lourenção.

Presidente Prudente/ SP
2018

O SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE UMA INSTITUIÇÃO DO TERCEIRO SETOR E UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Profa. Ma. Elizabeth Soares Pinheiro Lourenção

Profa. Ma. Vera Lúcia Canhoto Gonçalves

Profa. Ma. Luci Barbatto Volpato

Presidente Prudente, 20 de novembro de 2018.

“Cada um dos nossos pensamentos não é mais do que um instante de nossa vida. De que serviria a vida se não fosse para corrigir os erros vencer nossos preconceitos e a cada dia. alargar nosso coração e nossos pensamentos? Nós utilizamos cada dia para alcançar um pouco mais de verdade...”

In: Romain Rolland. Jean Christophe

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu tudo que ocorreu em minha vida, não somente durante os anos que permaneci na universidade, mas por ter me guardado e protegido em todos os momentos difíceis e me proporcionado momentos de felicidade com conquistas e pessoas queridas.

À minha família pelo apoio e incentivo, dando ênfase ao apoio dado pela minha mãe que, primeiramente, incentivou-me a voltar a estudar e permaneceu ao meu lado em todos os momentos.

Aos meus professores que compartilharam seus conhecimentos e me proporcionaram um enorme crescimento não somente para a formação profissional, mas também como ser humano.

À minha orientadora Elizabeth Soares Pinheiro Lourenção que compartilhou seus conhecimentos ajudando para que fosse possível concluir o trabalho da melhor maneira possível, dispondo-se a ajudar e orientar em todos os momentos necessários.

E para finalizar quero agradecer às amizades que conquistei durante o tempo do curso, que mesmo com dificuldades permaneceram comigo para o que eu precisasse e que com certeza levarei em meu coração e em minha mente para sempre.

Camila Moutinho Soares

Agradeço primeiramente a Deus por ter me guiado e protegido durante a caminhada acadêmica, sempre me dando força e esperança.

Aos meus pais Clélia e Marcos por todo amor, carinho, atenção, compreensão, paciência, sempre apoiando as minhas escolhas, fazendo com que mais um sonho esteja se tornando realidade em minha vida. Sem vocês isso não seria possível.

Aos meus professores, por compartilharem suas experiências e conhecimentos, os quais contribuíram para a minha formação acadêmica. Em especial, à minha orientadora, Elizabeth Soares Pinheiro Lourenção, por toda dedicação, carinho, paciência e orientação durante todo o processo.

Ao meu namorado, Daniel Piereti, por ter me apoiado durante esses quatro anos, por ser meu companheiro, meu amigo, por aguentar minhas reclamações e meu estresse.

Por fim, agradeço as minhas amigas e companheiras de trabalho Camila Moutinho e Nathalia Cardoso, sem vocês não teria conseguido, mesmo com as nossas diferenças, ultrapassamos tudo e conseguimos concluir cada etapa, sempre unidas. Nunca se esqueçam que sempre serão muito especiais para mim.

Carolina Beatriz Viotto

Agradeço a Deus por me dar forças e sabedoria para saber lidar com todas as dificuldades, principalmente pessoais, sem deixar interferir em minhas atividades acadêmicas.

À nossa querida orientadora que muito sábia nos conduziu para a conclusão desse trabalho com qualidade e sucesso, disponibilizando seu tempo em leituras, pesquisas e reuniões para que tudo ficasse pronto dentro do prazo e conforme todas as normas.

A todos os outros professores que durante a graduação contribuíram com minha formação profissional e como pessoa, cada aula, artigo, apresentação, crítica e apontamento fizeram parte da construção de conhecimentos para que hoje eu conclua esse trabalho e futuramente exerça a nossa profissão, com a mesma excelência com que vocês exercem.

Aos meus pais pelas correrias de carona entre trabalho e faculdade e todo o amor e carinho transmitido, pelo apoio e incentivo para não desistir da graduação mesmo em meio a tantos problemas que surgiram no decorrer dos quatro anos, eu amo infinitamente vocês.

À minha sustentação diária, minha filha, que veio ao mundo durante o período da graduação e me trouxe uma lição de vida, transformando-me em uma nova mulher e me dando forças todos os dias para não desistir da faculdade e nem dos meus sonhos, independentemente das circunstâncias.

Ao meu marido que pacientemente me aguentou em meio às crises de nervoso e preocupações referentes ao TCC, meus choros de preocupação, minhas impaciências e toda aflição diante desses quatro anos, sempre sendo muito

carinhoso e compreensivo. A minhas amigas de classe hoje e futuramente de profissão, que nos quatro anos de faculdade estiveram ao meu lado sempre dispostas a me ouvir, sempre compartilhando meus altos e baixos, e toda minha trajetória até chegar hoje aqui, muito obrigada porque sem vocês essa faculdade não seria a mesma.

Nathalia Lemes Cardoso

RESUMO

O Serviço Social nas instituições de longa permanência: um estudo comparativo entre uma instituição pública e uma instituição privada

A presente pesquisa de conclusão de curso tem como objetivo central a realização de um estudo acerca da realidade da institucionalização de idosos em duas instituições do Município de Presidente Prudente, de janeiro a agosto de 2018, sendo uma de natureza pública e a outra privada. Para que haja a possibilidade de compreensão do contexto da pesquisa, houve a necessidade inicial de estudo do processo de envelhecimento do Brasil, assim era possível observar questões de aspectos demográficos, culturais e sociais – que podem influenciar no processo de institucionalização. Também é necessário considerar, nesse seguimento, a compreensão das políticas públicas que cercam a população idosa e qual o papel desempenhado pela família em relação a esse público. Para realização da pesquisa, foi necessário conhecer todos os procedimentos que levam um idoso a ser institucionalizado, se por iniciativa ou por opção de seus familiares, e com isso foi possível identificar diversas consequências na vida desse sujeito, a partir de então privado de viver com sua família por um motivo específico. Para tanto, foi necessário realizar uma breve análise do Terceiro Setor, a fim de trazer suas características e fazer menção do seu papel perante a sociedade. Foram mencionados tanto o Estado laico e a presença da religião em diversas áreas, bem como a atuação profissional ante essa necessidade de imparcialidade religiosa em todos os campos de atuação. Como cabedal teórico para as discussões da pesquisa, foram utilizados nomes como Coelho, Silva, D’Araujo, Coutinho, Yamamoto, Netto, entre outros. O interesse pelo tema foi motivado pelas inquietações das pesquisadoras, incitado pelo estudo do tema e pela necessidade de conhecer de forma mais aprofundada tal realidade, a fim de obter respostas sobre a especificidade da institucionalização.

Palavras-chave: Institucionalização; Terceiro Setor; proteção; idoso; família.

ABSTRACT

Social Welfare in long-stay institutions: a comparative study between a public institution and a private institution

The present research had as main objective the realization of a study about the reality of the Institutionalization of the elderly in two institutions of the Municipality of Presidente Prudente, from January to July of 2018, being one of public nature and the other private. And in order to understand the whole context of the research, it was necessary to first mention the aging process in Brazil, including issues such as demographic, cultural and social aspects and how they influence this process. In this segment, the understanding of the public policies surrounding the elderly population and the role played by the family in relation to this public should not be disconsidered. To carry out the research, it was necessary to know all the procedures that lead an elderly person to be institutionalized, either at the initiative or at the option of their relatives and with this it was possible to identify several consequences in the life of this subject, which was restricted to live with his or her family. The study also makes a brief analysis about the Third Sector, bringing its characteristics and making mention of its role in society. We could not forget to mention the secular State and the presence of religion in several areas, as well as the professional action before this necessity of religious impartiality in all fields of activity. As a theoretical basis for the research discussions, names such as Coelho, Silva, D'Araujo, Coutinho, Yamamoto, Netto, among others were used. The interest in the subject was motivated by the concerns of the researchers, encouraged by the study of the subject and the need to know in a deeper way this reality, in order to obtain answers on the specificity of the institutionalization.

Keywords: Institutionalization; Third sector; Elderly; Religion.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILPI – Instituições de Longa Permanência

ONGs – Organizações Não Governamentais

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

RDC – Resolução de Diretoria Colegiada

SAPRU – Serviço de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua

SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE GRÁFICOS E TABELA

GRÁFICO

GRÁFICO 1 – Quantidade de Idosos Institucionalizados.....	39
GRÁFICO 2 – Sexo dos Idosos – Instituição Privada.....	40
GRÁFICO 3 – Sexo dos Idosos – Instituição Pública.....	41
GRÁFICO 4 – Escolaridade – Instituição Privada.....	42
GRÁFICO 5 – Escolaridade – Instituição Pública.....	42
GRÁFICO 6 – Com quem Morava antes da Institucionalização – Privada.....	43
GRÁFICO 7 – Com quem Morava antes da Institucionalização – Pública.....	44
GRÁFICO 8 – Principal Motivo da Institucionalização – Inst. Privada.....	45
GRÁFICO 9 – Principal Motivo da Institucionalização – Inst. Pública.....	45
GRÁFICO 10 – Como chegou até a Instituição – Privada.....	46
GRÁFICO 11 – Como chegou até a Instituição - Pública	47
GRÁFICO 12 – Visitantes na instituição – Privada.....	49
GRÁFICO 13 – Visitantes na instituição – Pública.....	49

TABELA

TABELA 1 – Relação de responsabilidade pela institucionalização – Pública.....	48
--------------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL: DESAFIOS PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA.....	14
2.1 O Processo de Institucionalização de Idosos no Brasil.....	15
2.2 Os Aspectos Sociais, Demográficos, Psicológicos e Biológicos do Envelhecimento.....	17
2.3 Direitos Básicos da População Idosa no Brasil e o Desafio da não Institucionalização.....	20
3 O TERCEIRO SETOR: UM RESGATE HISTÓRICO.....	23
3.1 O Estado e a Atuação do Terceiro Setor.....	25
3.2 O Terceiro Setor na Perspectiva do Serviço Social.....	27
4 O SERVIÇO SOCIAL, A RELIGIÃO E O ESTADO LAICO: DISCUSSÃO PRESENTE NA CONTEMPORANEIDADE.....	30
4.1 As Intervenções Profissionais do Assistente Social e o Respeito às Crenças e aos Valores Contrários aos seus.....	34
5 METODOLOGIA.....	36
5.1 Análise dos Dados.....	39
5.1.1 Realidade da Institucionalização em Presidente Prudente.....	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICES.....	59

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo discutir acerca da realidade da institucionalização de idosos no município de Presidente Prudente, com a apresentação de seu processo histórico e particularidades a fim de um melhor entendimento deste processo. Deve-se destacar a importância em discorrer sob o específico tema, pois a formação de um profissional do serviço social está vinculada com assuntos que impactam a sociedade. Ao institucionalizar um idoso, abre-se um debate de grande relevância social por refletir a realidade atual não somente do Município de Presidente Prudente, mas da sociedade como um todo.

A escolha do tema foi movida pela ânsia de investigar o processo de Institucionalização, tendo em vista que, com esse conhecimento em mãos, é possível entender os motivos, os obstáculos, as carências e, especialmente, identificar quais as verdadeiras causas que levam as famílias a institucionalizar esses idosos, em instituições privadas ou públicas. Com um foco maior na problematização, é possível analisar a base do Serviço Social e fazer uma breve retrospectiva para dar ênfase à importância da profissão no contexto da institucionalização, além de entender como o terceiro setor se relaciona com a profissão e com o tema abordado na presente pesquisa.

Segundo a Constituição Federal de 1988¹ “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. Ao idoso, é dado como direito: o convívio familiar e comunitário, saúde, educação, alimentação, dentre outros direitos fundamentais que devem ser assegurados pela família e pelo Poder Público. Somente assim é garantida a proteção e a qualidade de vida a estes indivíduos.

É possível compreender que o processo de institucionalização decorre por diversos fatores, como a falta de disponibilidade por parte das famílias em cuidar desses idosos, os quais necessitam de cuidados especiais e contínuos, bem como idosos que não possuem familiares e não estão aptos a morarem sozinhos. Sabe-se, entretanto, que tal processo vem sofrendo

¹ A constituição federal foi escrita em 1988 e o artigo citado é o 229.

grandes transformações ao longo da história (conforme será apresentado nos capítulos desta pesquisa), principalmente, no que diz respeito à forma como essa institucionalização é realizada, englobando os profissionais envolvidos. Com o passar do tempo, esse serviço foi se tornando mais técnico e qualificado. Nota-se que mesmo com todo o progresso, a questão de institucionalizar os idosos divide opiniões na sociedade.

Diante desse contexto, a pesquisa pretende explicar e detalhar como esse processo ocorre no Município de Presidente Prudente, fazendo um comparativo entre duas instituições de longa permanência, sendo uma delas particular e a outra pública. Para a organização da monografia, foram realizadas pesquisas de campo, entrevistas com os idosos institucionalizados e seus familiares, coleta de dados, bem como pesquisa bibliográfica, o que nos proporcionou um vasto conhecimento sobre o tema.

O presente trabalho contém cinco capítulos: a introdução abre a monografia, seguida da explicação do processo de institucionalização, bem como seus progressos e alterações e os direitos que os idosos conquistaram com o passar dos anos. O terceiro capítulo trata do papel do Terceiro Setor no âmbito do Serviço Social, e em seguida, quais estratégias profissionais são possíveis para lidar com o Estado laico e as instituições religiosas, seguido pelo capítulo quatro que abordará a questão da religião e do Estado laico, bem como de que forma o profissional deve intervir, respeitando seu projeto ético-político.

No quinto e último capítulo, será apresentada a metodologia, bem como os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo que foi realizada com idosos de ambas as instituições, sendo uma de caráter público e uma de caráter privado, o que nos possibilitou a compreensão acerca da realidade da institucionalização de idosos no município de Presidente Prudente.

2 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL: DESAFIOS PARA A SOCIEDADE

O Brasil passa por modos de envelhecer, na contemporaneidade, que englobam elementos de ordem social, cultural, ambiental e psíquica. De modo gradual perpassa por todas as fases da vida, entretanto, quem vivencia um movimento de envelhecimento acelerado e intenso demanda, tanto das famílias quanto do estado, ações integralizadas para o atendimento adequado a realidade vivida pela população idosa do país.

Nos países desenvolvidos, a longevidade populacional aconteceu de forma morosa, o que proporcionou aos Estados tempo para se arquetarem a fim de gerenciar mudanças necessárias para o atendimento dessa demanda. No caso do Brasil – país em desenvolvimento – tal processo ocorreu de forma repentina devido à diminuição das taxas de fecundidade e de mortalidade motivada pelo processo de urbanização da população, que passou a sugerir a diminuição no tamanho das famílias; além da incorporação da mulher ao mercado de trabalho e as mudanças socioculturais decorrentes dos processos de imigração.

De fato, no Brasil, tal processo vem sofrendo alterações desde a década de 1940, onde se podem observar as mais altas taxas de envelhecimento populacional. Esse feito traz consigo diversas mudanças para a sociedade, relativos ao setor econômico, mercado de trabalho, organizações familiares e serviços de saúde e previdência. Estes aspectos citados anteriormente são muitas vezes vistos como uma adversidade, mas se trata de uma situação contraditória, pois durante muito tempo os seres humanos buscaram formas de prolongar a vida humana, e agora que as pessoas podem viver mais, isso se tornou um problema?

De acordo com a Organização Mundial da Saúde 2005, o envelhecimento populacional é uma das maiores conquistas da humanidade e, concomitantemente, um grande desafio a ser enfrentado pela sociedade atual. Relacionado a isso, o processo de envelhecimento ampliou as demandas sociais e econômicas, não só no Brasil, mas sim em todo o mundo. Contudo,

embora os idosos sejam em diversos casos ignorados, estes deveriam ser considerados essenciais para a estrutura de toda a sociedade.

Nota-se que este feito tem ocasionado a inversão da denominada pirâmide etária, simulando que o processo de envelhecimento tem se transformado em um drama social. Ao se falar de envelhecimento, a primeira interpretação é de um sujeito com deficiências na capacidade física, que necessita de cuidados permanentes, e que não auxilia na geração de renda familiar.

Na sociedade vigente, uma das características das famílias é a de conviver com a longevidade em seu espaço, em que muitas vezes o idoso acaba sendo visto como incapacitado e inútil. Isso faz com que esse idoso seja direcionado por essas questões ideológicas da sociedade e da família em analogia a si. Por meio dessas imposições, diversas vezes estes idosos conformam-se com esta imagem que lhes é atribuída e passam a se ver como incapazes e descartáveis. Tais ideais intencionam generalizar o processo de envelhecimento que acontece de maneira individual, ou seja, cada sujeito envelhece de uma forma diferente conforme suas características próprias, sua história de vida, suas possíveis doenças e o contexto social vivenciado.

Como foi supracitado, o envelhecer na atualidade é um fato intrínseco que se liga à particularidade de cada sujeito. Em decorrência destes fatores, existe a preocupação de se reexaminar a velhice como uma fase da vida que deve ser respeitada e prezada, bem como ações indispensáveis para que se altere a visão existente acerca do idoso, contribuindo, assim, para a melhoria sobre a concepção do envelhecimento.

2.1 O Processo de Institucionalização de Idosos no Brasil

A origem de instituições para pessoas idosas no Brasil não é recente, e com o passar dos anos essas instituições ocupam ainda mais espaço. Sabe-se que a proporção de pessoas com sessenta anos ou mais vem crescendo de forma rápida se comparado com outras faixas etárias. Isso se deve, entre outros fatores, às mudanças ocorridas no âmbito familiar, com a modernização da sociedade; à inserção da mulher no mercado de trabalho; aos métodos contraceptivos; à diminuição das famílias e à falta de tempo da vida

atual. Acrescido a esses fatores acima citados, a falta de alternativas para que as famílias mantenham os idosos em casa tem impulsionado a demanda por internações.

As Instituições de Longa Permanência (ILPI) surgem, historicamente, como caridade e voltada ao atendimento básico das necessidades de vida, essas relacionadas à alimentação, ao banho, local para dormir dentre outros. Quando a família não tem condições financeiras e/ou sociais de cuidar desse idoso, acaba transferindo a essas instituições toda a responsabilidade de cuidar desses sujeitos. Nota-se que a contratação de cuidadores de idosos em tempo integral é, muitas vezes, inviável para a maior parte das famílias. Sendo assim, a institucionalização desses idosos acaba sendo uma alternativa quem vem crescendo com o passar do tempo.

Conforme os registros históricos, as primeiras instituições de acolhimento aos idosos eram de viés cristão, filantrópico e surgiram por volta do século V d.C. (ALCÂNTARA, 2004). Essas instituições destinadas a cuidar dos idosos, tinham a denominação de asilos, abrigos, lares – característica da filantropia. No que diz respeito às primeiras Instituições de Longa Permanência no Brasil, podemos destacar a afirmação de Lima (2005, p. 26):

A primeira instituição destinada aos velhos no Brasil foi numa chácara. Foi construída em 1790, para acolher soldados portugueses que participaram da campanha de 1792 e que, naquela ocasião, encontravam-se “avançados em anos e cansados de trabalhos”, que pelos seus serviços prestados, “se faziam dignos de uma descansada velhice”. A chamada casa dos inválidos foi construída por decisão do 5º Vice-Rei, Conde de Resende que, contrariando todas as normas da época, cria esta instituição, inspirando-se na obra de Luís XIV (Hotel de Invalides) destinado aos heróis [...]. Como podemos ver a primeira instituição criada no Brasil era restrita a soldados militares e não à velhice em geral. Com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, a casa que abrigava essas pessoas foi “cedida” ao médico particular do Rei e os internos foram transferidos para a Casa de Santa Misericórdia.

O Asilo São Luiz, criado em 1890, no Estado do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros asilos exclusivamente destinados à população idosa, que se tem conhecimento no Brasil. Tinha, como preocupação, fazer com que os idosos fossem identificados como uma população com diversas peculiaridades, buscando dar visibilidade e fazer dela um objeto de interesse social. Esses ideais de filantropia dentro da institucionalização vigoraram da segunda metade

do século XIX até meados do século XX, sendo este um momento de transformações intensas no âmbito das políticas públicas.

Com o passar dos anos, o número dos então denominados asilos cresceram, e com isso o termo utilizado passou a ser associado a algo ultrajante como um local em que somente os carentes e sem suporte familiar eram acolhidos. Outras denominações surgiram, como casas de repouso, hotéis para idosos, residências assistidas, entre outros, e o que se pretendia era a desvinculação ao termo asilo.

A portaria nº 810/1989 foi a primeira a estabelecer normas e padrões de funcionamento de casas de repouso. Ela deliberou como esses locais deveriam ser organizados em relação à sua área física, instalações e recursos humanos. Não só as denominações mudaram ao longo do tempo, como também os modelos de atendimento, de estrutura e de fiscalização se transformaram e se aperfeiçoaram, até chegarmos ao conceito atual das ILPI's. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2005) define que:

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) como instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania.

Tal definição compõe a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) Nº 283, de 26 de Setembro de 2005, criada com o intuito de assegurar à população idosa seus direitos garantidos pela legislação em vigor, levando em consideração a precaução e a diminuição dos riscos ligados à saúde, aos quais os idosos residentes em ILPI's ficam expostos, bem como o dever de estabelecer critérios mínimos para o funcionamento e a avaliação dessas instituições, visando assim qualificar cada vez mais o serviço prestado.

2.2 Os Aspectos Sociais, Demográficos, Psicológicos e Biológicos do Envelhecimento

A sociedade brasileira vem apresentando mudanças significativas em sua pirâmide etária, nos últimos trinta anos houve uma crescente participação da população idosa. O envelhecimento, no Brasil, pode ser

destacado por meio de censos demográficos que demonstram a ocorrência cada vez maior da população idosa no país.

O aumento na expectativa de vida decorre de fatores como: os avanços na área da saúde e de saneamento básico e, em contrapartida, na redução nos índices de natalidade e fecundidade registrados nos últimos trinta anos. Nota-se, assim, que nos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste e nas camadas com renda mais alta, as condições para se enfrentar o envelhecimento com saúde e conforto são muito maiores do que nas populações carentes que habitam em locais mais afastados e com infraestrutura em situações precárias.

É claro que o processo de envelhecimento não pode e nem deve ser estudado apenas pela ótica demográfica, deve-se levar em conta outros fatores e ângulos. Trata-se de um fenômeno que percorre a história da humanidade, mas que apresenta características variadas de acordo com a cultura, o tempo e o espaço. A problemática emerge com destaque a partir do século XX, quando houve maior expectativa de vida e avanços na área da saúde, saneamento básico, da questão ambiental e da tecnologia, principalmente, em países do primeiro mundo.

As condições de vida da população afetam diretamente a questão do envelhecimento, tanto no aumento da expectativa de vida, quanto na qualidade dos serviços oferecidos àqueles que envelhecem, através de políticas sociais, sobretudo no âmbito da saúde, previdência e assistência social. O aumento na expectativa de vida referido traz consigo diversas determinações, pois, os indivíduos que atingem idade mais elevada se deparam com as dificuldades de adaptação devido às condições de vida vigente, uma vez que além das dificuldades físicas, psíquicas, sociais e culturais, derivadas do envelhecimento, sentem-se em geral banidos do mercado de trabalho, do convívio familiar e da sociedade. Isso se agrava na medida em que fatores culturais veneram o moderno, o novo e acabam ironizando o antigo.

Posto isso, a população idosa se depara com problemas de rejeição de autoimagem e tende a assumir como verdadeiro, os valores da sociedade que o marginaliza, pois muitas pessoas, não conseguem enxergar os idosos como sujeitos que tem algo a oferecer, mesmo quando este não têm

mais forças para trabalhos braçais. Ele ainda pode contribuir com conhecimentos, conselhos e até mesmo compartilhando experiências, entretanto, várias pessoas desconsideram estes aspectos, assim como afirma Beauvoir (1990, p.266): “[...] O velho não faz mais nada, é por isso que o velho aparece aos indivíduos ativos como uma ‘espécie estranha’, na qual eles não se reconhecem [...]”.

A segregação da população idosa aparece de forma ainda mais acentuada no modo de produção capitalista, em sociedades que atingiram um grau de urbanização e industrialização elevado e que requerem trabalho produtivo, dinâmico e jovem. Outro fator fundamental refletido na problemática da população idosa se refere ao afastamento do seio familiar, ao abatimento de aposentadorias e pensões e ao aumento no custo de vida, que costuma não acompanhar a correção anual dos benefícios previdenciários, o que por sua vez faz com que esses idosos sintam que sua velhice está ameaçada.

Como citado anteriormente, todos os seres humanos são dirigidos por um processo biológico, que se desenvolve de maneira única em cada um dos indivíduos. Sendo assim, o envelhecimento envolve uma redução gradativa da expectativa de vida, o que acarreta mudanças constantes na aparência, nos papéis sociais e no comportamento.

É nesse momento que as experiências e características peculiares de cada um, provenientes da trajetória de vida, compõem a individualidade do idoso. As inquietudes psicológicas e sociais apresentadas por estes indivíduos podem acelerar os danos ligados ao processo de envelhecimento. Nota-se que os sujeitos que envelhecem tendo uma interação maior com os estados psicológicos e sociais têm, da mesma forma, maior adequação às mudanças ocorridas. Essa capacidade individual de se envolver influencia diretamente as transformações biológicas que ocorrem durante esse ciclo. Dessa forma, o envelhecimento é afetado pelo estado de espírito.

O papel social desenvolvido pelo idoso é um elemento imprescindível no que diz respeito ao envelhecimento, pois este depende da maneira como essas pessoas conduzem suas vidas e, atualmente, os idosos têm a oportunidade de desenvolver atividades, sendo estas rentáveis ou não, obtendo assim, satisfação pessoal e sentimento de pertencimento na

sociedade. Quando o idoso permanece ativo, ele contribui para questões de âmbito social, cultural, econômico, entre outros.

Com esse novo modo de pensar e vivenciar a questão do envelhecimento, os sujeitos que completaram ou estão acima de 60 anos, têm sua autonomia e devida experiência adquirida durante toda uma vida. Muitos deles adquirem um fator importante para conseguir superar obstáculos e lidar com problemas, sendo este, a resiliência. O processo de envelhecimento deve ser discutido mesmo quando o sujeito ainda não atingiu a idade que o identifica, pois, é necessário que tenha alimentação, prática de atividades físicas e hábitos saudáveis durante a fase jovem e adulta, para que ao chegar à velhice, o corpo e a mente estejam saudáveis.

No que tange ao mercado de trabalho, há uma dificuldade em competir com os mais jovens, pois a tecnologia é atualizada a todo o momento e muitos idosos não tiveram nem mesmo a oportunidade do estudo, não conseguindo acompanhar os jovens que nascem em uma era digital. Para que seja possível uma competição mais justa entre os que nasceram em uma época em que não havia computador e aqueles que não se desconectam nem por um minuto, há a necessidade de promover políticas que sejam capazes inserir essas pessoas idosas no mundo do trabalho.

2.3 Direitos Básicos da População Idosa no Brasil e o Desafio da não Institucionalização

A pessoa idosa, no Brasil, goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Cada vez mais a população idosa ocupa um papel importante dentro da nossa sociedade por consumir produtos e serviços constantemente. Dentre os direitos da pessoa idosa, pode-se destacar a proteção integral de que trata o Estatuto do Idoso, entre eles: o direito à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, a alimentos, à saúde, à educação, à cultura, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à assistência social, ao transporte, ao acesso à justiça etc.

Durante todo o percurso de construção de políticas públicas de atenção à população idosa, é possível destacar dois grandes marcos: a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e o Estatuto do Idoso. A primeira tem

como objetivo recuperar, manter e promover a autonomia e independência desses idosos, tal política é de extrema importância e necessária, uma vez que a saúde pública no Brasil assumiu o foco na integralidade e na equidade da atenção à saúde.

A partir da referida política, tem-se a preocupação com envelhecimento ativo, chamando a atenção para um dos principais problemas que atingem os idosos, a perda de habilidades físicas e mentais, que se fazem necessárias para o cumprimento de atividades básicas do cotidiano. O envelhecimento ativo tem como diretriz passar por esse processo com saúde e bem-estar, garantindo à população idosa adquirir um índice menor de doenças, a fim de desempenhar suas atividades rotineiras com qualidade, evitando, dessa forma, o envelhecimento físico e social.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa tem caráter multidisciplinar e intersetorial, visando dessa maneira garantir aos idosos um dos principais fundamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), a integralidade. O cuidado com o idoso precisa envolver a totalidade, abrangendo aspectos físicos, mentais, ambientais, trabalho, esporte, lazer e cultura, dentre outros. Sendo assim, as ações que serão desenvolvidas precisam ser organizadas por diversos parceiros e órgãos governamentais de forma integrada, com isso, somente uma equipe integrada e diversificada conseguirá atingir os resultados esperados.

Como citado anteriormente, o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/03, é uma ferramenta muito importante no que tange a proteção à população idosa e a efetivação de seus direitos e como consequência expande o conhecimento sobre o envelhecimento e a saúde da pessoa idosa. Isso faz com que haja uma atuação conjunta por parte da sociedade, dos familiares, e do Estado. O referido estatuto estabelece deveres e medidas de punição, sendo uma forma maior de competência no que diz respeito à regulamentação e resguardo dos direitos da pessoa idosa. O estatuto foi sancionado pelo Presidente da República, em 1º de outubro de 2003, data em que se comemora o Dia Internacional do Idoso.

Composto por 118 artigos discorre sobre tudo que se prevê como necessário para ter condições mínimas quanto à qualidade de vida, como por exemplo, o atendimento prioritário em órgãos públicos, ofertando atendimento

mais ágil em bancos, supermercados, hospitais, entre outros. O direito a moradia digna no seio familiar também está entre as atribuições para a condição básica de qualidade de vida. Além disso, o idoso deve ter acesso à cultura como cinemas, estádios, espetáculos e eventos de porte público com tarifa reduzida, além disso há necessidade de rampas de acessibilidade para que não haja desconforto das partes, com tarifa reduzida. Também devem ser ampliados os assentos prioritários em transportes públicos, que devem garantir gratuidade para maiores de 65 anos de idade.

3 O TERCEIRO SETOR: UM RESGATE HISTÓRICO

Para que seja possível compreender o significado do termo “terceiro setor”, é necessário realizar um breve resgate de seu surgimento. Essa denominação veio para diferenciá-lo dos outros dois setores já existentes até então, o setor público e o privado. O surgimento deste ocorreu devido a uma imensa separação da totalidade social e vem com o ideal de fragmentar a sociedade, com uma aparência de setor popular, em que não há existência de conflitos; como uma instituição que tem como objetivo executar o que o Estado não está objetivando. Com essa designação, muitos veem sua atividade apenas como ações voluntárias que partem da sociedade civil, sendo reconhecido também como um projeto social. Na realidade, ocorre uma grande disputa dos chamados projetos sociais, em que cada um tem em sua gênese, princípios e valores, que indicam distintas ações sociais e ideais.

Entre esses projetos, estão: o projeto revolucionário, o projeto reformista, o neoliberal e o projeto da esquerda possibilista. O primeiro (revolucionário) tem seus fundamentos em Marx, apresenta como objetivo a superação do capitalismo, em seus valores existe a implantação e desenvolvimento de uma sociedade sem divisão de classes e sem nenhuma forma de exploração do capital sobre o proletariado. Esse projeto tem como ponto principal as lutas de classes e lutas sociais, que devido a essa exploração deve ser erradicada. O segundo (reformista) tem suas bases em Keynes, como, por exemplo, social democrata, sua representação está no aumento do capitalismo comercial e produtivo unido com certo nível de desenvolvimento dos direitos políticos, econômicos, trabalhistas e civis, com o objetivo de aumentar a força de trabalho para que assim seja possível suprir as necessidades do capital e com isso transformar toda a classe trabalhadora em possíveis grandes consumidores.

Esse projeto já foi instalado em alguns países da América Latina para incentivar o consumo, ao mesmo tempo em que tem ciência das necessidades dos trabalhadores. Neste caso, o indivíduo é reconhecido como um cidadão, possuidor de direitos e que luta por eles com ações e reivindicações, fazendo com que o Estado entre em ação para mediar e responder os conflitos sociais e as demandas de cada cidadão.

O terceiro projeto citado (neoliberal) está sob o comando do capital financeiro, que visa apenas o lucro, mesmo que para isso seja necessário acabar com direitos historicamente conquistados (políticos, trabalhistas, sociais, entre outros) para que seja possível alcançar e aumentar cada vez mais esses lucros. Há o aumento da exploração de trabalho dos grandes sobre os pequenos capitais e uma clara culpabilização das situações vivenciadas pelos sujeitos e, ao mesmo tempo, a não responsabilização pela falta de efetivação dos deveres intrínsecos ao Estado.

Enquanto há um forte processo de empoderamento dos sujeitos, para que estes obtenham sua autonomia, também existe um grande enxugamento nas ações estatais, gerando assim um grande processo de privatização daquilo que é de competência do Estado. Com todo esse movimento, são necessárias ações voluntárias e solidárias, que partem da sociedade civil, para minimizar os impactos daqueles que não conseguiram sucesso no mercado.

O último projeto citado (esquerda possibilista) tem sua base fundamentada em um pensamento que não compreende a realidade pela razão, ou seja, as vivências individuais são os motivos para o conhecimento da realidade. Sendo assim, nessa linha de pensamento, afirma-se que a realidade não é estrutural, mas está sendo dada devido ao ponto de vista de cada um, com sua experiência e subjetividade. Devido a isso, deve existir uma cooperação entre todos para que seja possível a mudança de cada realidade vivenciada por sujeitos de forma individual ou que formam pequenos grupos com realidades semelhantes, com ações que visem ajudar ao próximo e potencializar as qualidades de cada indivíduo.

Mas por que é importante conhecer todos esses projetos? Para que seja possível entender o surgimento e a função do terceiro setor. Quando analisada a ideologia de cada projeto, é possível compreender algumas semelhanças e igualdades como, por exemplo, a responsabilização do sujeito e a falta de atuação do Estado no que é de sua competência, principalmente, no que tange aos projetos neoliberal e esquerda possibilista.

Como foi citado anteriormente, o termo “Terceiro Setor” tem, em seus ideais, interesses e valores que são “ilusórios” e com isso aceito por todos, sendo colocado como algo bom, desejado e necessário para a

sociedade. É possível afirmar que estas organizações componentes do terceiro setor, não foram feitas atualmente. No país, já existe a muitos anos diversas organizações como, por exemplo, as Santas Casas de Misericórdia e a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), que exercem um trabalho filantrópico e estão espalhadas por diversas cidades do território brasileiro.

Atualmente, as organizações do terceiro setor são diversas e atuam de formas distintas e vem aumentando, principalmente, no transcorrer dos últimos vinte anos, em relação ao desenvolvimento de ações de assistência social, educação e saúde, pois durante muitos anos, foi ocorrendo a diminuição interventiva do Estado no que se refere às polícias públicas e o aumento das expressões da questão social, como fome, violência e desigualdade social recorrente em todo o país.

3.1 O Estado e a Atuação do Terceiro Setor

Com os obstáculos encontrados pelo Estado em suprir as necessidades consideradas básicas e a garantia de direitos da população, pode-se afirmar que para ele, o terceiro setor é algo bem-vindo. Essa aprovação do Estado em sua criação e atuação ocorre justamente pelo fato das instituições de cunho filantrópico, privado e organizações não governamentais (ONGs) exercerem ações que respondam às demandas existentes, justamente pelo desajuste estrutural que causa as expressões da questão social.

Mesmo que seja papel exclusivo do Estado, este não consegue sozinho responder a todas as demandas. Para ele é cômodo ter setores que compensem essa falta de atuação, que levem à população respostas, em muitos casos, o básico para a subsistência do sujeito. Sendo assim, o Estado faz uma divisão das suas tarefas. Como afirma D'Araújo (2010, p.30)

Na falta de um Estado forte, capaz de cumprir metas sociais, a atenção teria se voltado para a sociedade civil. Uma sociedade civil forte e saudável deveria ser capaz de corrigir as distorções do mercado sem precisar da presença tão ativa do Estado. Seria assim uma forma necessária, mas escapista, de transferir para a sociedade que o Estado estaria impossibilitado de assumir.

O Terceiro Setor executa funções pertinentes ao Estado, fazendo com que este “se livre” de algumas obrigações, mas essa relação não é puramente de harmonia e para que seja possível a criação de uma ONG, por exemplo, existe uma grande questão burocrática, no entanto, em contrapartida, como estas exercem funções que seriam obrigatórias do Estado, são recompensadas com isenção de vários impostos. Como afirma Coelho (2000, p.60):

[...] ser reconhecida legalmente como uma instituição sem fins lucrativos tem consequências importantes, pois independentemente do fato de ela visar a fins públicos, a instituição terá uma série de isenções fiscais federais, estaduais e municipais.

Mesmo com as ações exercidas, nas quais há o atendimento à população que necessita, o Terceiro Setor é visto como uma instituição que faz uma ação camuflada do Estado perante a questão social, pois ele assume um papel que deveria lhe pertencer. Com o apoio do Terceiro Setor ocorre a minimização, ou pelo menos a ilusão, de que as ações do Estado são exercidas como devem ser, pois quando um direito é negado pelo Estado e executado pelo Terceiro Setor, este – que em muitos casos necessita de doações para continuar funcionando – faz com que os cidadãos paguem (mesmo que um valor ínfimo, como forma de doação) para que a instituição continue funcionando e tendo condições de atender pelo menos uma parcela da população.

As organizações do Terceiro Setor trazem consigo diversas características que faz com que sejam bem vistas pela população que necessita, pois conforme aponta Costa (2005, p. 5), estas:

Atuam em uma diversidade e variedade de questões que afetam a sociedade na área da assistência social, da saúde, do meio ambiente, da cultura, educação, lazer, esporte, etc.; Nas áreas da assistência social, educação e saúde, geralmente, prestam atendimento a pessoas e famílias que estão à margem do processo produtivo ou fora do mercado de trabalho; Trabalham na defesa e garantia dos direitos dessa população; São de caráter privado, mas desenvolvem um trabalho de interesse público; Não têm finalidade de lucro no sentido mercantil da palavra; Não são estatais, embora mantenham vínculos com o poder público, contam com o trabalho de um corpo de voluntariado. (COSTA, 2005, p.5)

Ou seja, essas organizações, mesmo “camufladas” como citadas anteriormente, acabam por oferecer aos sujeitos, ações e soluções que muitas vezes o Estado não é capaz. É importante ressaltar que estas organizações não são apenas iniciativas realizadas pela sociedade civil, mas sim, instituições que foram constituídas a fim de responder a dificuldades coletivas, pois ao passo em que as organizações não estatais se organizam e trazem para a população as respostas esperadas e que são de competência do Estado, ela faz com que o Estado seja legitimado, mesmo que faça isso impensadamente.

3.2 O Terceiro Setor na Perspectiva do Serviço Social

O conjunto de questões que envolvem o tema “Terceiro Setor” sempre foi visto com pouca aprovação para algumas correntes ideológicas, devido a este segmento estar entrelaçado às ideias neoliberais e por se colocar como um setor que divide as responsabilidades que seriam de competência exclusiva do Estado, fazendo assim com que a sociedade civil se torne responsável pelas ações necessárias que são obrigação do Estado.

Autores como Coutinho e Montañó tem uma visão diferenciada do terceiro setor e afirmam que este é apenas mais uma maneira do Estado adquirir lucro, pois este se aproveita de uma situação de total calamidade no que tange à garantia de necessidades básicas e disto tira proveito.

A denominação “terceiro setor” se explicaria, para diferenciá-lo do Estado (Primeiro Setor) e do setor privado (Segundo Setor). Ambos não estariam conseguindo responder às demandas sociais: o primeiro, pela ineficiência; o segundo, porque faz parte da sua natureza visar o lucro. Essa lacuna seria assim ocupada por um “terceiro setor” supostamente acima da sagacidade do setor privado e da incompetência e ineficiência do Estado. É comum na literatura sobre o tema classificá-lo como “sem fins lucrativos”. Nesta linha de raciocínio, permanece sem questionamento o fato das fundações empresariais, que financiam direta ou indiretamente algumas ONGs, fazerem uma atuação “direta” em uma determinada “comunidade”, geralmente no mesmo espaço geográfico onde estão instaladas suas fábricas; e, não se envergonharem de pagarem baixos salários para os seus funcionários ou até mesmo em demiti-los. Sob este ângulo, o “terceiro setor” perde o *glamour*. Deixa de ser visto como querem seus defensores e mentores: a forma encontrada pela “sociedade civil” para preencher a lacuna deixada pelo Estado. Mesmo porque, para estes, não é função do Estado — ou pelo menos não apenas dele — o atendimento das áreas sociais. (COUTINHO, 2002)

Montaño (2010) faz várias críticas às ações executadas pelo Terceiro Setor, duvidando de suas intenções e afirmando que “O conceito terceiro setor foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia” Montaño (2010, p. 53) ainda aponta que:

[...] claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista (MONTAÑO, 2010, p.53)

Com a ausência do Estado e a necessidade de instituições que resolvam as demandas, as empresas privadas e as instituições se propõem a garantir o atendimento à população em troca de minimização/ausência de impostos, trabalhando então com a questão do voluntariado.

Quando se fala sobre o Terceiro Setor, muitas pessoas têm a ideia de que ele é responsável por combater a pobreza que atinge grande parcela da sociedade, pois este tem como característica prestar serviços, garantindo a execução das políticas públicas sociais trabalhando com a questão do voluntariado. Mas o que acontece na realidade e por detrás deste contexto é que os direitos sociais, passam de direito a todo cidadão para solidariedade e ajuda ao próximo, ou seja, quando esta questão não é analisada criticamente, ocorre uma interpretação errônea de qual é o papel do Terceiro Setor, muitas vezes, confundido como um setor de ajuda.

Considerando o que foi supracitado, é importante ressaltar que quando se atua apenas com ações filantrópicas, as respostas que são executadas às expressões da questão social ocorrem de forma imediata, ou seja, resolvem aquilo que está aparente, superficial, sendo assim não levam respostas que realmente transformem a realidade. Isso ocasiona uma “perpétua dependência dos setores carentes por este tipo de resposta, consolida as desigualdades sociais preexistentes, elimina a política social como direito do cidadão e até fomenta o clientelismo”. (MONTAÑO, 2008 p.195)

Atualmente, é muito comum se ver o termo “Terceiro Setor” sendo utilizado como se possuísse a mesma definição de sociedade civil, ou seja, consideram tudo aquilo que não pertence ao Estado e ao mercado, pois reputam que está voltado para a execução de serviços públicos. Conforme afirma Iamamoto (2001, p.25):

Chama atenção a tendência de estabelecer uma identidade entre terceiro setor e sociedade civil. Esta passa a ser reduzida a um conjunto de organizações – as chamadas entidades civis sem fins lucrativos –, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização. A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e ‘complementares’, destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os laços de solidariedade. Salienta-se a coesão social e um forte apelo moral ao ‘bem comum’, discurso esse que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e violência. Estas tendem a ser naturalizadas, onde o horizonte é a redução de seus índices mais alarmantes.

Quando se valoriza o Terceiro Setor e, principalmente, quando utilizam este termo com o mesmo conceito de sociedade civil, ocorre uma predisposição em direcionar o enfrentamento da questão social, não para o Estado, mas sim para a sociedade civil e ocorre também o deslocamento dos direitos sociais e a alteração destes para direitos morais, que passam a ser não mais um dever do Estado, mas sim um sinônimo de ajuda e solidariedade.

É evidente que não se pode desconsiderar a importância do terceiro setor para a sociedade, mas este só existe, devido à ineficiência do Estado em desenvolver ações e investimento em políticas públicas que combatam problemas sociais, causados pelo próprio sistema em que estamos inseridos, pois ao não conseguir suprir as suas necessidades, a sociedade se organiza para poder solucionar algumas demandas, tendo obtenção de benefícios e isenções de taxas.

4 O SERVIÇO SOCIAL, A RELIGIÃO E O ESTADO LAICO: DISCUSSÃO PRESENTE NA CONTEMPORANEIDADE

O Serviço Social surgiu em meados da década de 1920, vinculado à Igreja Católica, com ideais de voluntariado e filantropia e ao longo do tempo

foi se redefinindo e se personalizando para atender a parcela da população que se encontrava em situação de vulnerabilidade pelos reflexos do sistema capitalista.

[...] não há dúvidas em relacionar o aparecimento do serviço social com as mazelas próprias da ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição do desenvolver do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX (NETTO, 1999, p.15).

Levando em consideração que toda a profissão surge por determinada necessidade, a urgência do Serviço Social se apresenta na questão social, sendo esta o objeto de intervenção da profissão. Segundo Carvalho e Iamamoto (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Em meados da década de 1920, no território latino-americano, nos deparamos com o surgimento das classes sociais, sendo estas: a burguesia e o proletariado, reflexo das relações de desigualdade na sociedade, causada pela exploração da força de trabalho. A classe proletária ou trabalhadora, diante das situações escassas de trabalho, começou a se organizar a fim de obter maior força.

Com o decorrer dos anos, a profissão foi se estruturando e passando por momentos importantes que marcaram sua história e a sua construção. Os primeiros momentos marcantes aconteceram entre 1930 e 1945, marcado no Brasil, pelo Estado Novo, e na Europa, pela Segunda Guerra Mundial, quando a profissão atua com viés assistencialista e caritativo.

A partir de 1945, com o crescimento das demandas e o desenvolvimento social, tecnológico e científico, a profissão enxergou que precisava de novos métodos e técnicas para efetivar sua atuação. Partindo

dessa necessidade, por volta de 1960, inicia-se o movimento para reconceituar a profissão que busca novas possibilidades de intervenção.

Entre 1970 e 1980, ocorre o direcionamento ético político da profissão, observando a necessidade de transformações no que tange à teoria e à metodologia utilizada até então. A partir disso, houve a intenção de ruptura com o conservadorismo e com isso o projeto profissional toma forma, explicitando os interesses da categoria. Tais mudanças se ampliaram no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão.

Atualmente, para que seja possível a elaboração de estratégias profissionais, é de suma importância que se compreenda no que se fundamenta a profissão e tendo esta sua concepção executada com bases religiosas, principalmente, com ações exercidas pela Igreja Católica, ainda é possível encontrar, atualmente, profissionais que se pautam nesses preceitos. Portanto, ocorrem discussões para que seja executado o posicionamento laico dos profissionais e da categoria como um todo.

É evidente que não se pode desconsiderar a importância que a religião teve no surgimento do Serviço Social, pois esta estava intrinsecamente ligada às ações caritativas e filantrópicas que fizeram parte desse começo:

[...] é dos grupos religiosos que a profissão surge. No entanto, a afirmação desse “mito de origem” não garante, a princípio que ele se perpetue indefinidamente. Será preciso assim mostrar que fundamentos empíricos sustentam a reprodução dessa mediação na prática profissional e quais suas expressões de continuidade. (SIMÕES, 2005, p. 11).

A partir disto, é possível afirmar que o debate entre a profissão e a religião é de extrema significância, pois é necessário entender até que ponto essa religiosidade influencia a formação e a atuação dos profissionais contemporaneamente. Muito se fala sobre a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, com as questões de filantropia e assistencialismo, porém pode observar que a ruptura é proposta teoricamente, não é totalmente executada na prática, sendo possível encontrar em diversas instituições, ações e pensamentos ligados ao caráter religioso. Assim como, é frequente encontrar nas instituições públicas, imagens e símbolos religiosos bem como manifestações religiosas, como o ato de rezar ou orar.

O assunto de religião sempre rendeu muitas desavenças, devido à democracia e à liberdade de escolha do país. Todos têm o direito de seguir aquilo que mais condiz com seus princípios e diferentemente de muitos países, no Brasil, não ocorrem opressões e castigos advindos da escolha de religião, sendo respeitado o que está expresso no artigo 5º da Constituição de 1988, em seus incisos VI, VII, VIII, que reconhece o direito à liberdade de religião como um direito fundamental de aspecto individual e, ainda, de acordo com a Constituição, no seu Título III – Da Organização do Estado, Capítulo I – Da Organização Político-Administrativa, Artigo 19 está posto que:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Deve-se salientar que a liberdade de expressão no Brasil tinha limitações, considerando que a religião oficial no país era a Católica devido ao Império. Mas após a primeira República foi estabelecido no país o Estado Laico, que tem atualmente como objetivo não exercer apenas o papel de defensor, mas também de promotor dos direitos fundamentais. Conforme determina a Constituição Federal de 1988, a laicidade do Brasil é baseada na ideologia de liberdade na escolha da religião, como direito fundamental que sofreu evoluções, mas que teve sua gênese na primeira República.

São existentes duas formas básicas de Estado Laico, sendo uma delas baseada na separação com tendência a realizar restrição à consciência pessoal e ao isolamento desta de espaços comuns. A outra forma existente de laicidade é a visualização da religião como parte constituinte da aproximação social, permitindo assim que sejam livres e permitidas as expressões no que tange à religião, independentemente de onde esta seja realizada.

Atualmente, na sociedade, é possível perceber que ainda não foi alcançado o entendimento absoluto sobre o laicismo existente no Brasil, apoiado pela constituição. Existe a dúvida de qual o limite desse apoio decretado desde 1988. Em consequência da força moral, política e social,

atualmente, ainda ocorrem ações que vão contra o que foi implantado pela Constituição.

Ao serem analisados censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível afirmar que o número de fiéis católicos vem caindo, enquanto aumenta o número de espíritas, evangélicos e pessoas que não possuem religião. Portanto, identifica-se a consolidação do denominado Estado Laico, ocorrendo assim, a necessidade do respeito e da igualdade entre os cidadãos.

Quando analisado o que foi supracitado, ocorre a dúvida do que causa essas alterações em relação ao Serviço Social e em seus profissionais. Considerando que o Brasil é um estado de livre escolha em relação à religião, os sujeitos atendidos pelo Serviço Social trarão diferentes crenças, costumes e religiões e quando se afirma que o Estado é Laico, este não apoia e nem condena nenhuma crença. Assim, é preciso que seja desnaturalizada a realidade atual, em que é constante a utilização de símbolos religiosos que colocam determinada crença, como superior às outras, ocasionando em diversos sujeitos atendidos pelos serviços, o sentimento de discriminação ou diminuição por sua escolha.

Para o proletariado, a proteção do Estado Laico está intrinsicamente ligada à defesa de seus direitos, conquistados mediante lutas e reconhecidos constitucionalmente. Além disso, esta busca pela proteção está relacionada à sustentação da batalha pela democratização das relações antagônicas existente na sociedade capitalista.

Sobretudo, o Estado Laico tem em sua representatividade o exercício da cidadania, baseada em direitos, mesmo que nesta ocorram limites impostos pela burguesia, mas não são aceitas ações que vão contra a liberdade de crença religiosa, bem como a imposição de ações baseadas em crenças pertinentes a determinada religião.

4.1 As Intervenções Profissionais do Assistente Social e o Respeito às Crenças e aos Valores Contrários aos seus

Nos dias atuais, os espaços profissionais do assistente social circulam em diversas áreas, tanto em setores públicos quanto em setores privados. Ainda é muito forte a sua atuação em organizações sem fins

lucrativos, mantidas por instituições religiosas, fazendo com que muitas vezes ele se depare com dilemas ético-morais em sua prática profissional. Por certo, esses dilemas estão presentes em qualquer campo profissional.

Historicamente, o Serviço Social se desenvolveu com forte aproximação às ações pautadas na caridade e na ajuda ao próximo. Com o passar dos anos, o processo de reconceituação da profissão se compromete e busca a garantia de direitos dos sujeitos, desvinculando-se totalmente das intervenções caritativas, todavia, o Brasil possui uma diversidade religiosa bastante grande e também bastante atuante na área do Terceiro Setor

Essa diversidade se divide entre as religiões católica, evangélica, espírita e a umbanda (todas estas vinculadas ao cristianismo); o budismo, islamismo, zoroastrismo, entre outras. Cada uma delas traz consigo os seus princípios e ensinamentos. Apesar de ter afinidades entre si e devendo ser respeitadas, não devem servir como base para atitudes profissionais.

Como se sabe, essas ações também buscaram no Serviço Social meios de se qualificar, por isso muitos ainda veem o Assistente Social como um ser humano de bom coração e que gosta de ajudar as outras pessoas. Muitos dos graduandos ingressam no curso com esse mesmo pensamento, mas no decorrer dos estudos, fica evidente que o Serviço Social é uma profissão legalmente reconhecida e que se baseia em ações referenciadas por um projeto ético-político e um Código de Ética Profissional que nada tem de preceitos religiosos.

Devido a esse percurso histórico, onde o Serviço Social se funda e em muitos momentos se funde a ações de caridade e ajuda, principalmente, quando se trata da Assistência Social, que historicamente teve suas bases nos princípios religiosos, essa confusão de papéis pode permear a percepção de algumas pessoas sobre o exercício da profissão. Simões (2009, p.109), afirma que: “[...] as especificidades da composição religiosa entre os assistentes sociais é uma decorrência da relação existente entre cada uma das religiões e a assistência social”.

Assim, não se pode negar esse legado, que apesar de rompido, está estreitamente relacionado ao exercício da profissão. Hoje, o Serviço Social tem sua base teórica fundamentada na teoria social marxista e com isso é possível estabelecer o exercício profissional que nega as bases filosóficas

conservadores. Mas é evidente que grande parte dos profissionais, antes de serem profissionais, é constituída por pessoas com suas crenças, sua religião, seus princípios e opiniões pautadas na lógica de sua moral.

Os Assistentes Sociais enquanto sujeitos individuais possuem uma moralidade e isso pode trazer conflitos nas questões cotidianas do fazer profissional, porém, isso não pode servir de base para a atuação, pois essa atuação deve estar de acordo com o Projeto Ético-Político e o Código de Ética Profissional.

Isso não impede que possamos encontrar profissionais que não se pautam no projeto ético-político e ainda tem sua atuação com base em ideais religiosos e conservadores, tendo consigo uma ação pautada em conceitos doutrinários e não científicos. Sendo assim, a atuação profissional reafirma os valores estabelecidos pela religião e desconsidera e diminui a utilização das técnicas que estão dispostas aos Assistentes Sociais. Assim,

O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre proletariado urbano, articulando - na justificativa desta ação - o discurso humanista calcado na filosofia aristotélico-tomista aos princípios da teoria da modernização presente nas ciências sociais. Este arranjo teórico doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão 'especial', voltada para os elevados ideais de 'serviço ao homem'. (IAMAMOTO, 1992 apud ESCORSIM NETTO, 2011, p. 29-30)

Com isso, é possível perceber que os princípios religiosos, bem como as ações pautadas neles, ainda estão muito presente e são frequentes entre os profissionais dos diversos setores, utilizando como instrumentos a fé do usuário e ignorando, parcial ou totalmente, o conhecimento científico e crítico que é de suma importância para conseguir que os sujeitos da classe trabalhadora alcancem e usufruam de seus direitos.

5 METODOLOGIA

A união entre o percurso teórico descrito e a pesquisa de campo resulta na produção deste trabalho. A pesquisa de campo foi realizada com 30% dos idosos que residem em duas Instituições de longa permanência na cidade de Presidente Prudente, sendo uma delas pública e a outra privada. O

processo foi realizado a partir da aplicação de instrumentais que selecionamos e julgamos serem mais adequados. A coleta, a tabulação dos dados e as análises foram dispostas no presente capítulo, visando compreender o processo de institucionalização.

As entrevistas foram realizadas com os próprios idosos, e foram complementadas pelos profissionais de ambas instituições, buscando identificar o processo de institucionalização, bem como, os motivos que levaram a esta, suas consequências na vida destes idosos e no processo de envelhecimento.

O instrumental utilizado foi de extrema importância, pois, a partir dele, foi possível identificar e reunir informações acerca desta realidade. Com isso, foi possível a realização de um estudo mais aprofundado, pontuando suas peculiaridades.

Logo abaixo, será realizada a descrição da metodologia utilizada para a composição da pesquisa. A pesquisa teve como objetivo conhecer a realidade da institucionalização de idosos do município de Presidente Prudente. Para que fosse possível a tabulação dos dados, foi utilizado o método de amostragem. A amostra corresponde a 30% dos idosos institucionalizados em ambas as instituições.

Para a realização da pesquisa de campo, utilizamos dois grupos de idosos, em que 24 (vinte e quatro) deles residem em uma instituição pública e cinco em uma instituição privada. Com a finalidade de compreender os fenômenos por meio da coleta de dados narrativos, estudando as particularidades e experiências individuais, utilizamos a pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (2010, p.196),

Numa busca qualitativa o pesquisador deve preocupar-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação. Seu critério, portanto, não é numérico, embora quase sempre o investigador precise justificar a delimitação de pessoas entrevistadas, a dimensão e a delimitação do espaço. Pode-se considerar que uma amostra qualitativa ideal é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo.

Foi utilizada para a obtenção dos dados, a entrevista, um instrumento para orientar uma “conversa com finalidade”. Devido ao alto fluxo

de institucionalizações foi realizada uma delimitação temporal para a amostragem, sendo esta de janeiro a julho do ano de 2018. É importante salientar que o presente trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo comparativo entre as instituições, demonstrando através dos números coletados, as diferenças no que tange ao perfil dos idosos, bem como sua composição familiar, perfil de renda familiar, causas da institucionalização e outros aspectos referentes a estes.

Os dados coletados são referentes a duas instituições da cidade de Presidente Prudente, sendo elas: Lar São Rafael e a Casa de Repouso Tom de Amor. Para que haja a compreensão dos dados analisados, posteriormente, será realizada uma pequena contextualização histórica das instituições, nas quais foi realizada a pesquisa. A primeira instituição onde se realizou a pesquisa foi o Lar São Rafael, que atua em Presidente Prudente desde 15 de dezembro de 1963, com a finalidade de promover o bem de todos os idosos moradores de Presidente Prudente sem fazer distinção de origem, raça, sexo, cor, ou quaisquer formas de discriminação.

A Congregação das Irmãs das Anciãs Desemparedados é particular de caráter público, ou seja, do terceiro setor fundada pelo Vencravel Saturnino López Novoa e Santa Teresa Jornet, que atua no segmento de idosos desde 27 de janeiro 1873 no mundo, e no Brasil, desde 1956. Possui quatro casas localizadas em Ourinhos (SP), São Caetano do Sul (SP), Lençóis Paulista (SP) e Presidente Prudente (SP). Está inscrita no campo da assistência social e da promoção de bem-estar humano, atua com um serviço de proteção social especial de alta complexidade, visando abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, para proporcionar uma melhor qualidade de vida, com assistência material, moral, social, espiritual, sempre com a preservação de sua saúde mental e física, garantindo a defesa de seus direitos previstos no Estatuto do Idoso.

O foco da ação institucional são os idosos acolhidos de grau de dependência I, que se encontram com habilidades de autocuidado e o perfil cognitivo preservado. Claro que devemos destacar que na instituição, atualmente, encontramos idosos com maior grau de dependência, porém estes advindos com o passar de tempo.

Para manter a casa, o Lar conta com subvenções provenientes da Prefeitura e de parcerias com a Secretaria da Saúde, Ministério Público, doações diversas, eventos e brechó. Além disso, cada idoso institucionalizado tem 70% do benefício que recebe destinado a uma “taxa” como forma de contribuição para conseguir manter o padrão de atendimento e oferecer serviços de qualidade com profissionais especializados, já que a prefeitura não faz o custeio total da instituição. O restante do benefício (30%) do idoso fica como uma reserva em sua conta pessoal, para comprar coisas do gosto do idoso ou pagar algum exame ou medicamento que não é disponibilizado pela farmácia popular. Destes 30% do valor pertencente ao idoso, paga-se um plano de saúde com valor mais acessível e que disponibiliza alguns exames inclusos na mensalidade, assim como o plano funerário.

A segunda instituição em que foi realizada a pesquisa é denominada como Casa de Repouso Tom de Amor. Esta atua em Presidente Prudente desde 2007 e foi fundada por Esther Cardoso. O intuito foi concretizar o sonho que seu filho Wellington tinha em vida e foi interrompido ao ser morto em um assalto em 19 de março de 2006. A casa foi nomeada como “TOM DE AMOR” justamente por ser uma homenagem ao seu filho. A sócia e proprietária Esther mora na casa, é enfermeira, além de cuidar da parte administrativa da instituição.

A instituição é privada e por isso não recebe recursos da Prefeitura, tudo é custeado pelas famílias dos idosos ali institucionalizados, ou seja, as famílias pagam mensalidade e esta é revertida em medicamentos, instalações de qualidade, acompanhamentos diários e tudo que for necessário para cuidar dos idosos. A instituição conta com uma equipe multidisciplinar composta por recepcionista, técnicos em enfermagem, enfermeiros, médicos, fisioterapeuta, psicóloga, nutricionista, cozinheiro, disponíveis durante grande parte do dia, para atender idosos de grau de dependência 1, 2 e 3.

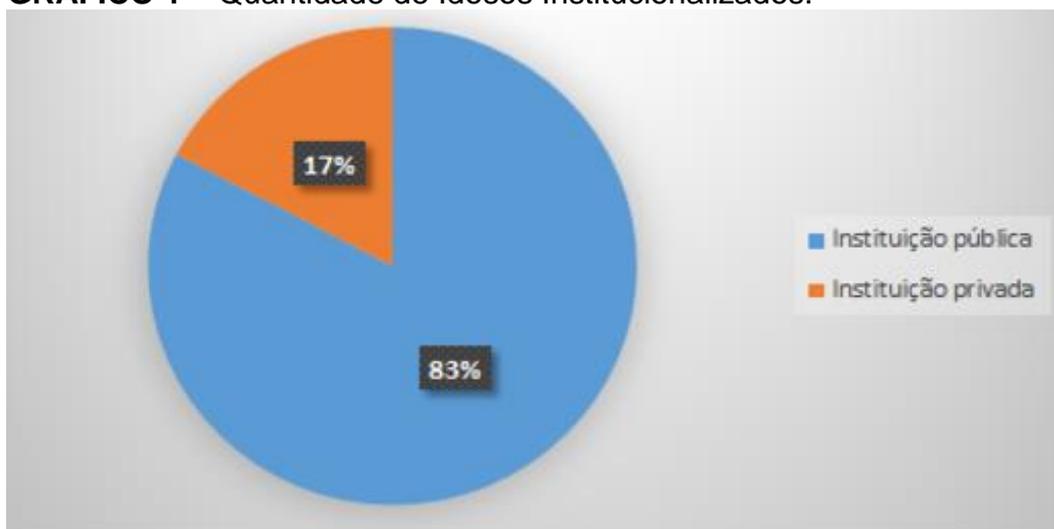
5.1 Análise dos Dados

Este segmento evidencia os resultados oriundos da pesquisa qualitativa com base nos dados coletados durante o processo de entrevistas. Estes dados foram contabilizados e serão expostos em forma de gráficos e tabela e este processo, conforme afirma Creswell (2007, p. 194), “consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem” sendo possível visualizar as semelhanças ou disparidades entre ambas as instituições.

5.1.1 Realidade da institucionalização em Presidente Prudente

Para dar início à discussão serão apresentados diversos gráficos, a começar pelo que demonstra o número corresponde de idosos institucionalizados nas referidas instituições.

GRÁFICO 1 – Quantidade de Idosos Institucionalizados.



Fonte: Autoria própria.

De acordo com o gráfico acima, pode-se afirmar que do total de vinte e nove idosos entrevistados, vinte e quatro deles encontram-se em instituição pública, o que corresponde a 83% do total, enquanto os outros cinco estão institucionalizados no âmbito privado, representando 17% do conjunto.

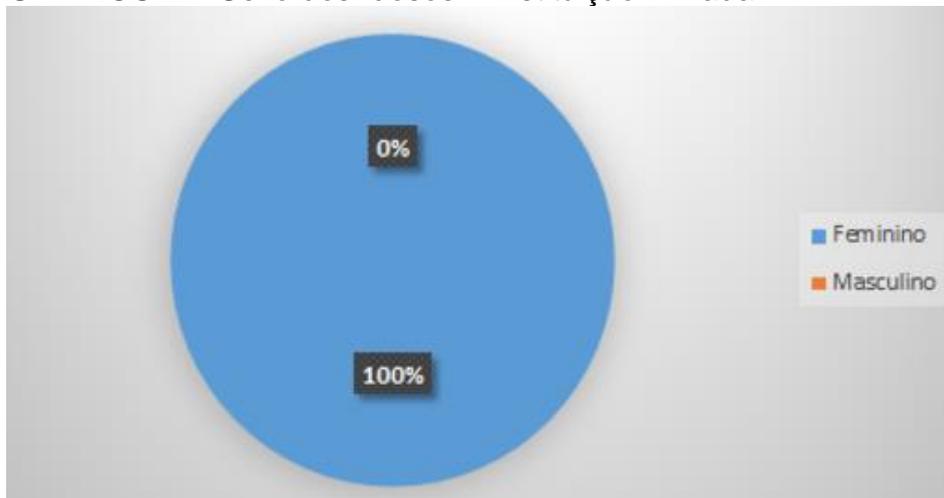
Ao analisar o percentual de 83% de institucionalizações da organização pública, é possível fazer uma ligação com dados do IBGE, referente ao município de Presidente Prudente, que apresenta 29,8% da população com rendimento nominal mensal por pessoa de até meio salário mínimo, logo é possível justificar a quantidade de institucionalizações em

organização pública, pois devido à escassez de recursos, não é possível que essa parcela da população tenha acesso à institucionalização de cunho privado.

Outro fator identificado durante a realização da pesquisa se refere à quantidade de vagas disponibilizadas em cada instituição. No que tange a instituição pública, esta tem capacidade para acolher noventa idosos; enquanto na instituição particular, a quantidade máxima permitida é de dezessete vagas.

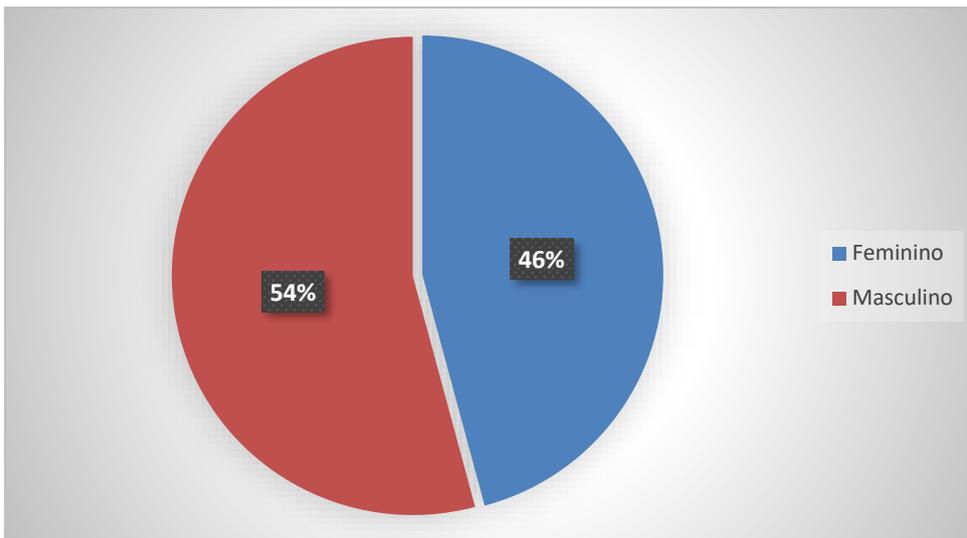
De acordo com o Gráfico 1, há uma disparidade no que tange ao número de idosos institucionalizados em instituição pública e privada. É importante ressaltar que a quantidade de vagas disponibilizadas pela instituição pública, é bem maior do que as disponíveis na privada, o que demanda maior número de funcionários e infraestrutura para que seja possível atender aos idosos que lá estão. Foi possível observar durante entrevista com os idosos que a capacidade de atendimentos realizados na instituição pública não equivale à quantidade de funcionários necessários para oferecer os cuidados fundamentais a eles.

GRÁFICO 2 – Sexo dos Idosos – Instituição Privada.



Fonte: Autoria própria.

GRÁFICO 3 – Sexo dos Idosos – Instituição Pública.



Fonte: Autoria própria.

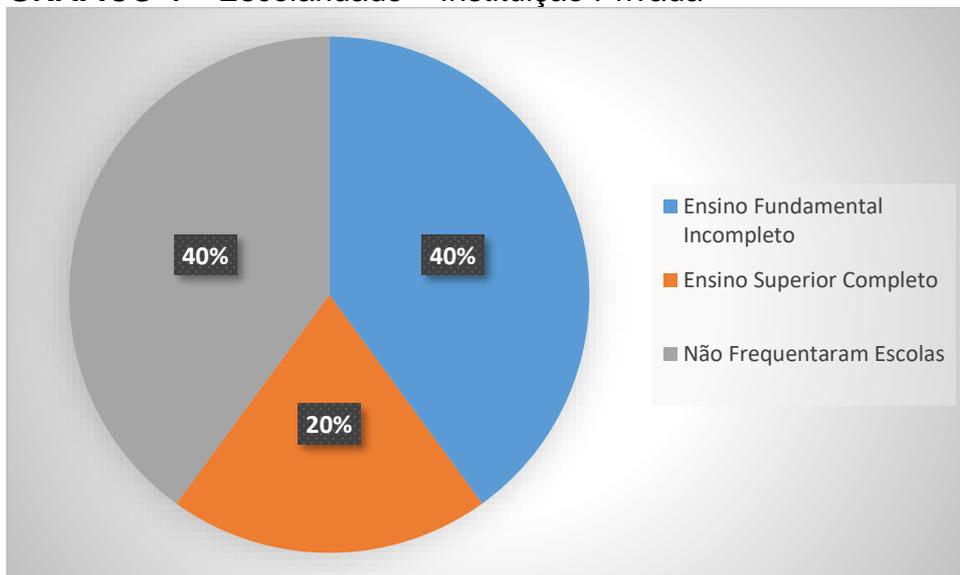
Em relação aos idosos entrevistados na instituição privada, 100% são do sexo feminino, é importante ressaltar que apesar da instituição atender ambos os sexos, atualmente não há demanda masculina, enquanto na esfera pública o percentual corresponde a 54% de idosos do sexo masculino e 46% do sexo feminino. Referindo-se aos dados coletados e expostos acima sobre a instituição privada, é plausível afirmar que apesar de estarem institucionalizadas, estas idosas possuem vínculos familiares e podem ser mantidas na instituição, pois recebem auxílio financeiro de sua família, então, encontram-se ali por motivo de incapacidade de cuidados domiciliares ou por serem viúvas e não terem condições de morarem sozinhas, recebendo maiores cuidados dentro da instituição.

Durante o processo de entrevistas, foi possível identificar que o número relevante de institucionalizados masculinos no âmbito público, está ligado ao fato desses quando mais jovens, se desvincularem da família de origem e constituírem uma nova família, ocasionando em diversos casos, o afastamento de seus filhos neste ciclo da vida. No caso das mulheres institucionalizadas, foi possível notar durante as entrevistas que a maior parte delas, não possui vínculos familiares ou afetivos, buscando a institucionalização como meio protetivo.

Para que seja possível dar continuidade às análises dos gráficos, é importante ressaltar um dado importante, sendo este a idade dos idosos

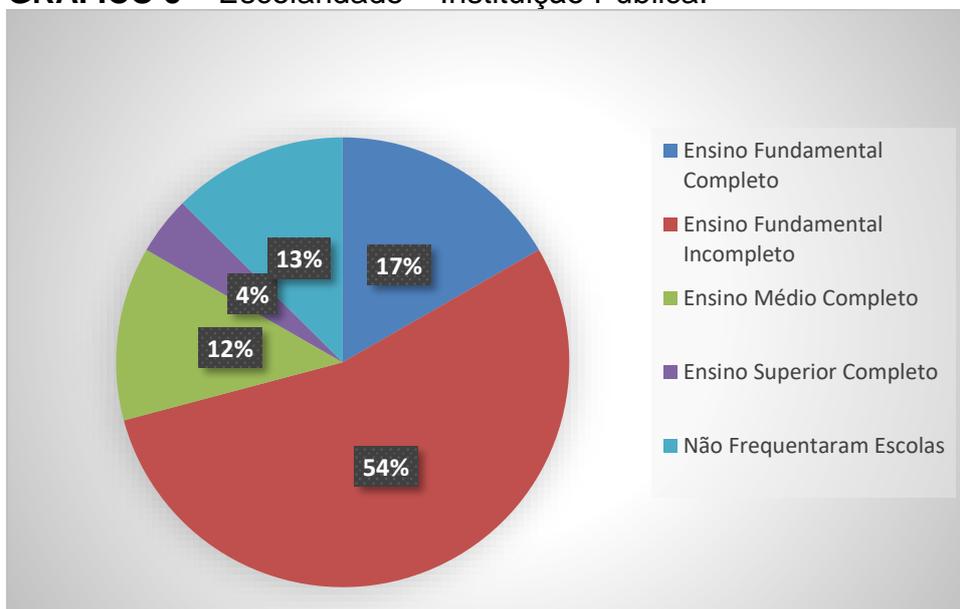
institucionalizados. Durante as entrevistas, foi possível constatar que estas variam entre 61 e 97 anos.

GRÁFICO 4 – Escolaridade – Instituição Privada



Fonte: Autoria própria.

GRÁFICO 5 – Escolaridade – Instituição Pública.



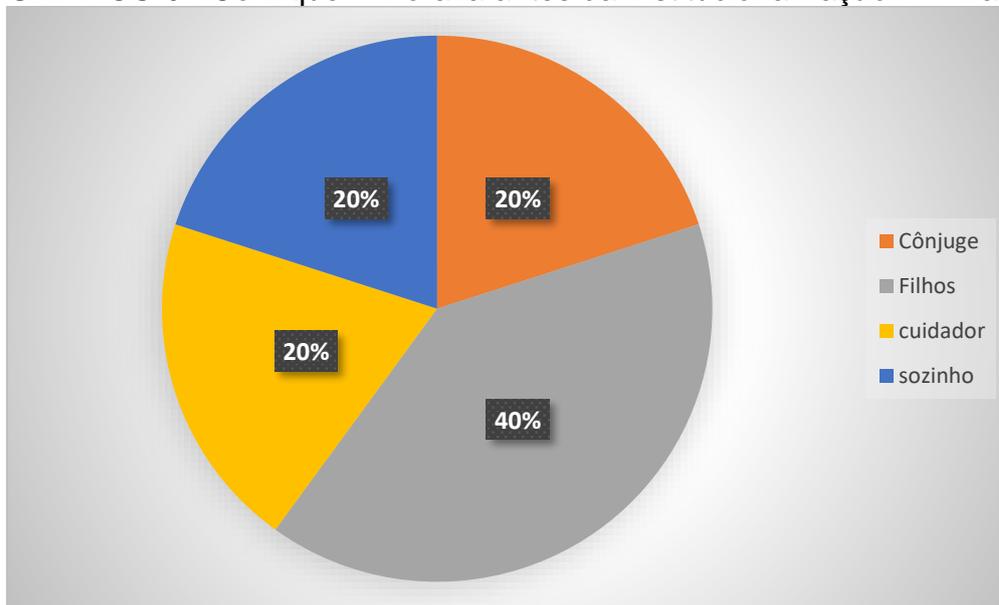
Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras.

Os gráficos acima relevam que a maior parte dos idosos institucionalizados não frequentaram escolas ou não conseguiram concluir nem mesmo o Ensino Fundamental, sendo representados por 80% na instituição privada e 67% na instituição pública.

Um fator de grande relevância nestes números são a idade dos entrevistados, pois como foi supracitado, estes têm mais de 60 anos, e a educação não era tida como direito, conforme afirma o sociólogo Júlio Suzuki (2015) “Antes não havia política de bem-estar social proporcionada pelo Estado. Hoje, bem ou mal, temos algumas políticas que permitem que as pessoas possam estudar”. Outra diferença analisada é em relação ao que tange o nível superior dos entrevistados, em que 20% destes idosos que estão em instituição privada conseguiram concluir, enquanto apenas 4% dos idosos institucionalizados na unidade pública, conseguiram completar esse nível de escolaridade.

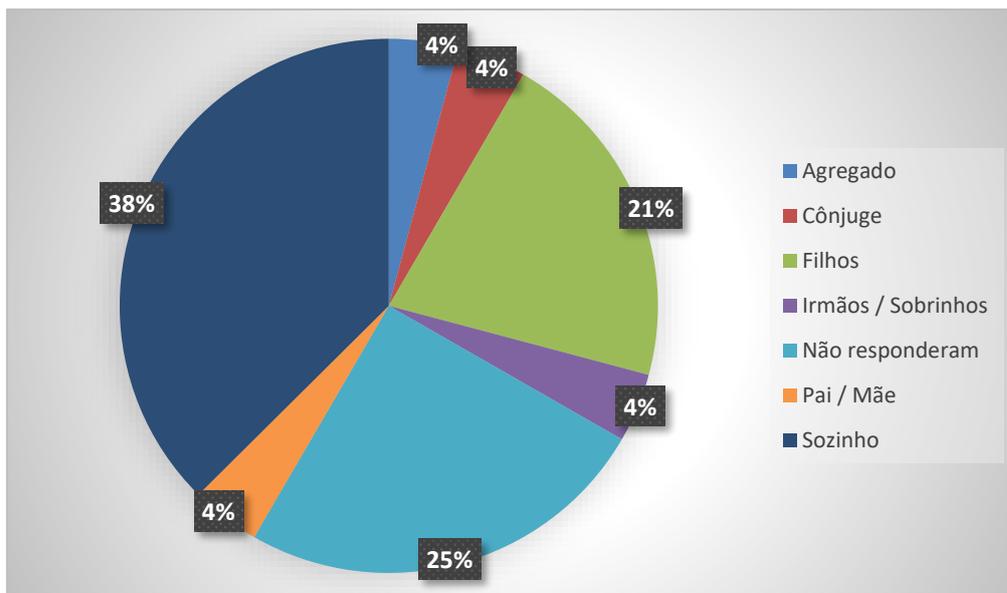
Com base nos relatos dos entrevistados, pode-se perceber que muitos deles não podiam estudar por fatores financeiros, pois necessitavam trabalhar e devido a isso, não conseguiam conciliar o trabalho com os estudos. Para que possamos entender o motivo da institucionalização dos idosos, é importante analisar primeiramente com quem estes residiam antes de serem institucionalizados.

GRÁFICO 6 - Com quem morava antes da Institucionalização – Privada.



Fonte: Autoria própria.

GRÁFICO 7 - Com quem morava antes da institucionalização – Pública.



Fonte: Autoria própria.

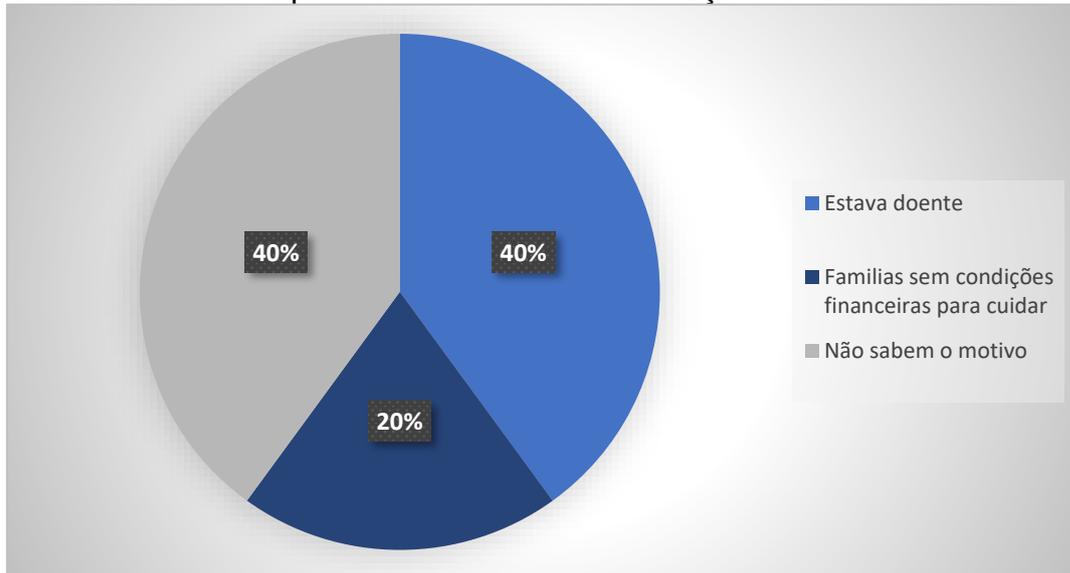
Com o intuito de identificar os motivos da institucionalização, os entrevistados foram questionados sobre com quem moravam antes da institucionalização. Em se tratando do convívio familiar, 40% dos idosos da instituição privada, residiam anteriormente com seus filhos, porém devido às limitações e dificuldades apresentadas pelos idosos, a institucionalização tornou-se a melhor opção diante dos familiares, pois em muitos casos estes não aceitaram ou não conseguiram exercer a função de cuidador.

Os demais 60% dos idosos, dividem-se entre: 20% que moravam sozinhos e não tinham condições de continuar provendo suas necessidades básicas sem o auxílio de outrem; 20% deles residiam com cuidadores e os outros 20% eram casados e após se divorciarem ou perderem seus cônjuges, optaram pela institucionalização.

Em relação à institucionalização na esfera pública, estes números apresentam diferenças, a começar pela porcentagem de idosos que moravam sozinhos, 38% dos entrevistados, seguido por 25% dos entrevistados que não souberam/quiseram responder e 21% que residiam com seus filhos e enfrentaram dificuldades como já foi supracitado. O restante dos idosos entrevistados se divide em 4% que moravam com agregados; 4% com cônjuges; 4% com irmãos e sobrinhos e 4% que moravam com seus pais.

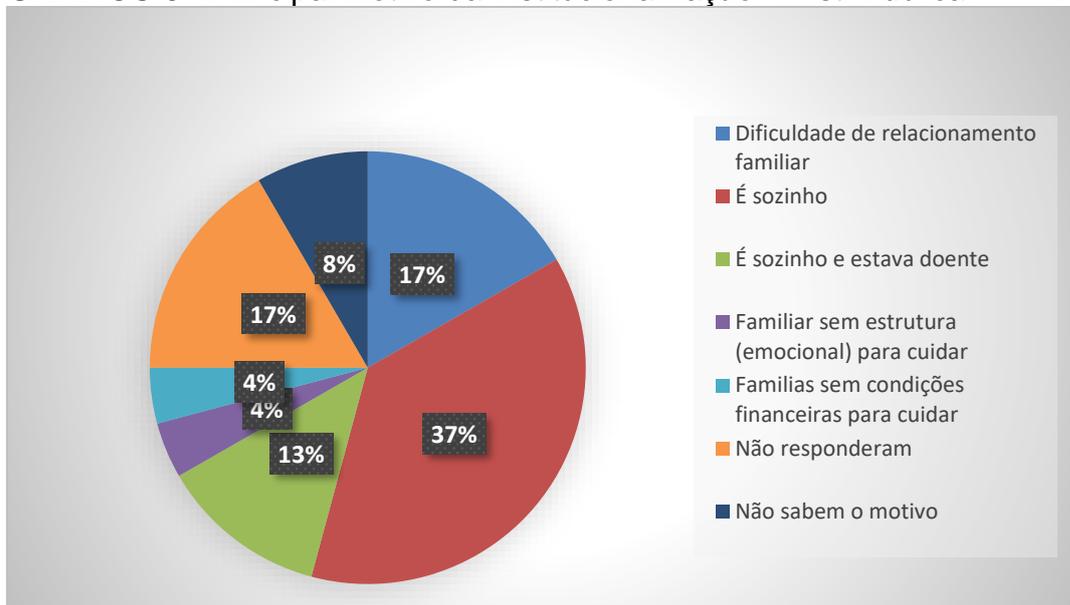
Outro fator analisado durante a coleta de dados foi o motivo pelo qual os idosos foram institucionalizados. Abaixo seguem os respectivos gráficos.

GRÁFICO 8 - Principal motivo da Institucionalização – Inst. Privada.



Fonte: Autoria própria.

GRÁFICO 9 - Principal motivo da Institucionalização – Inst. Pública.



Fonte: Autoria própria.

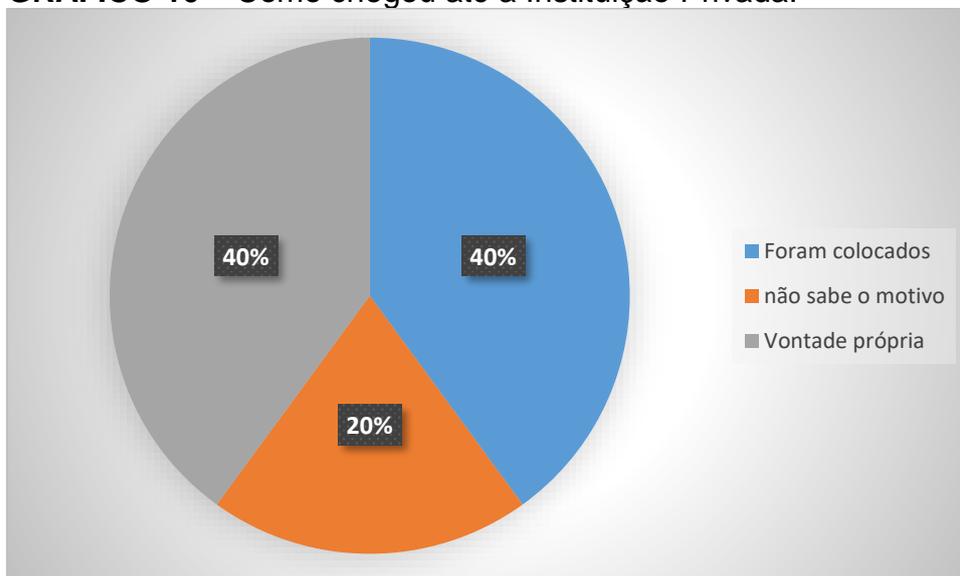
Verificou-se, conforme os dados analisados, que 40% dos idosos do âmbito particular não sabem os motivos de estarem lá, entretanto, em conversa com a equipe multidisciplinar percebeu-se que os motivos são as

fragilidades de vínculos e as dificuldades nos relacionamentos familiares. Seguindo a análise, foi possível identificar que 40% dos idosos, estavam doentes e seus familiares não possuíam condições de prover os cuidados necessários a estes; os outros 20% que constam no gráfico não tem condições financeiras de ficar e se manter no seio familiar.

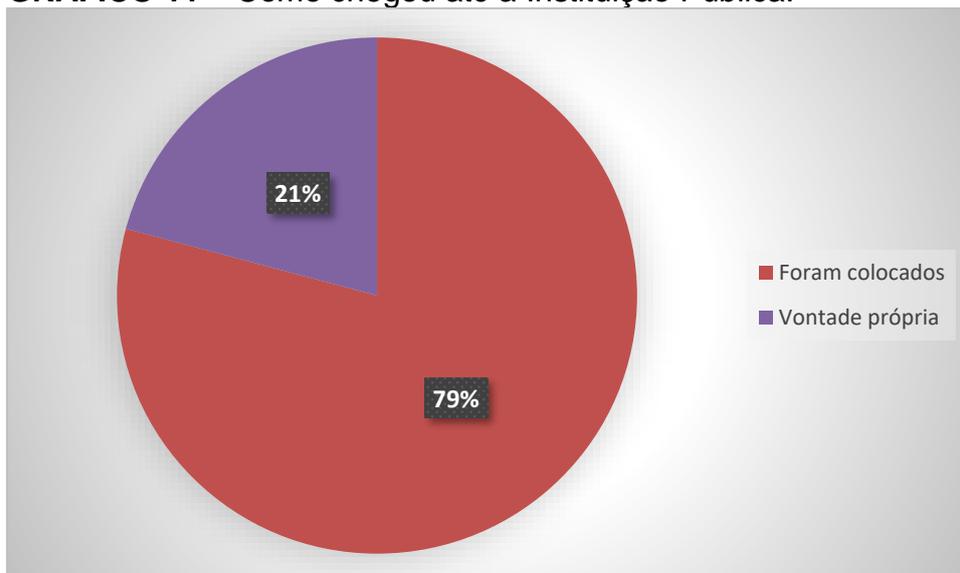
No que diz respeito ao âmbito público, 37% eram sozinhos antes da institucionalização. De acordo com relatos da profissional de Serviço Social que atua na instituição, estes vieram por solicitações feitas por vizinhos, amigos ou conhecidos que sabiam das condições de solidão e de vulnerabilidade dos idosos. Além disso, há casos de encaminhamentos feitos por órgãos públicos como, por exemplo: Secretaria de Assistência Social e Secretaria da Saúde.

Posteriormente foi possível perceber por meio dos números coletados que 17% dos idosos têm dificuldade de relacionamento familiar e 17% alegam não ter estrutura emocional para prover os cuidados indispensáveis a este público.

GRÁFICO 10 – Como chegou até a Instituição Privada.



Fonte: Autoria própria.

GRÁFICO 11 – Como chegou até a Instituição Pública.

Fonte: Autoria própria.

Há um contraste em relação ao percentual de idosos que foram institucionalizados por vontade própria na organização privada quando comparados aos idosos da organização pública. Em se tratando de dados da instituição privada, temos 40% dos idosos que foram colocados por terceiros e 40% que optaram pela institucionalização. Os que foram colocados são os que apresentam mobilidade reduzida e maior grau de dependência. Os que decidiram morar na instituição são aqueles que entraram em acordo com a família e por dificuldades de relacionamento familiar, optaram pela institucionalização. O restante dos entrevistados, expresso por 20%, desconhecem os motivos de estarem institucionalizados.

É importante evidenciar uma informação obtida durante as entrevistas com os idosos e com a responsável pela instituição privada, em que diversos deles relatam que eles e seus familiares já conheciam o abrigo antes de ocorrer o processo de institucionalização, o que gerou em ambos (idoso e família) o sentimento de confiança e a tranquilidade em relação ao cuidado que este receberia na instituição. É evidente que não se deve desconsiderar a importância do convívio familiar na vida destes idosos, mas há situações em que a institucionalização é a melhor opção para ambos.

Em relação à instituição pública o gráfico aponta que 79% dos idosos foram colocados ali. Para que seja possível uma análise mais aprofundada destes dados, é importante saber quais foram os responsáveis

por colocar os idosos na referida instituição. Segue a tabela que faz referência aos responsáveis pela institucionalização. 79% dos idosos foram institucionalizados por terceiros.

TABELA 1 – Relação de Responsabilidade pela Institucionalização – Pública.

Amigos	11%
Casa de Passagem	16%
Filhos	21%
Irmãos	16%
Nora/Genro	5%
Não responderam/Não sabem	21%
Sobrinhos	5%
Vaga da Saúde	5%

Fonte: Autoria própria.

Como já foi supracitado, em diversos casos, a família não possui condições de cuidar e manter estes idosos, seja por dificuldades financeiras, emocionais ou devido a problemas de saúde. Com isso, o percentual de filhos que institucionalizam seus pais é de 21%. De acordo com a entrevista realizada, foi possível perceber que diversos idosos que moram na instituição pública não possuem laços familiares ou estes estão fragilizados, com isso, é possível identificar que muitos já não viviam com seus familiares, conforme foi apresentado no gráfico sete (página 44).

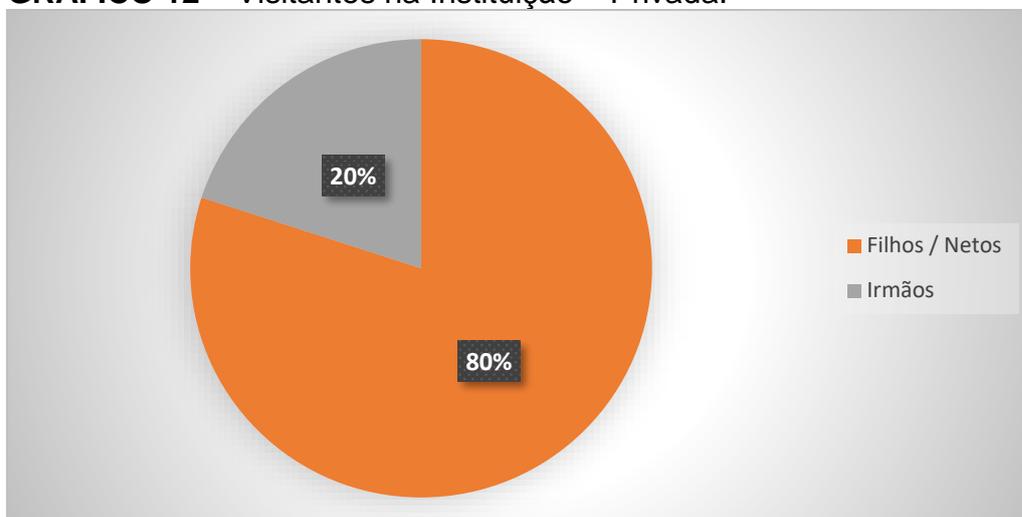
Devido a situações presenciadas ou identificadas por amigos, irmãos, genros/noras, vizinhos, estes optam por realizar a institucionalização, pois muitos destes idosos apresentam dificuldades em relação à saúde, vulnerabilidade, risco em morar sozinhos, dentre outros.

Além destas situações mencionadas, há também a questão dos idosos que foram encaminhados pela casa de passagem da cidade, atualmente, denominadas Serviço de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua (SAPRU), ou seja, locais que realizam o acolhimento de sujeitos de ambos os sexos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social e pessoal, que não tenham familiares ou que tenham seus vínculos

fragilizados/rompidos. As vagas disponibilizadas para o setor da saúde funcionam em forma de parceria entre a prefeitura de Presidente Prudente, a Secretaria da Saúde e a instituição. Nessa situação, são asseguradas cinco vagas que devem ser ocupadas aleatoriamente por sujeitos de ambos os sexos, conforme a necessidade. Para que se mantenham as vagas, somente para esses encaminhamentos, a Secretaria da Saúde paga mensalmente o valor de R\$ 1.200,00 por vaga referente à manutenção dos que as ocupam.

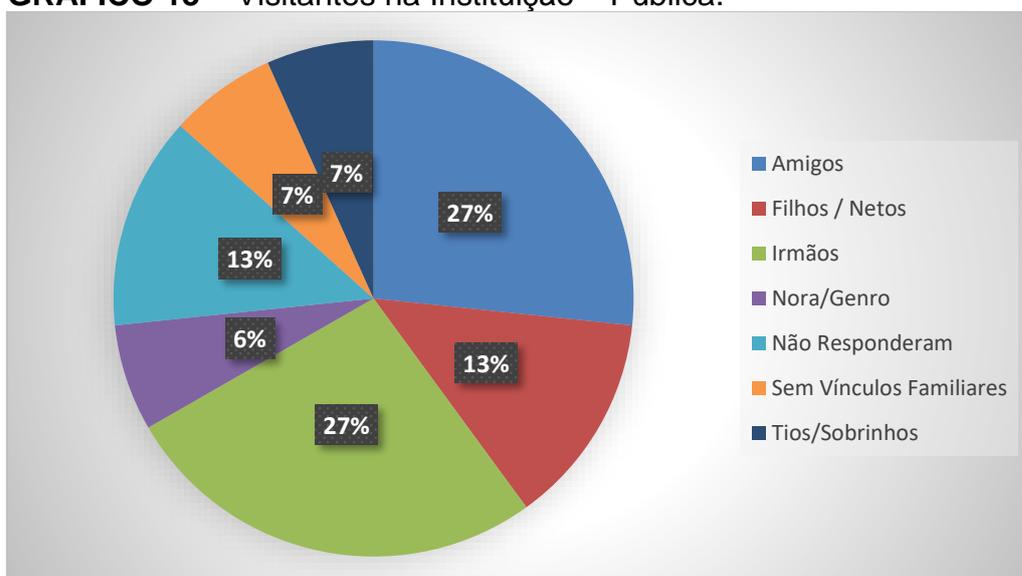
A seguir elencaremos quem realiza visita para os idosos em ambas as instituições, com base na coleta de dados.

GRÁFICO 12 – Visitantes na Instituição – Privada.



Fonte: Autoria própria.

GRÁFICO 13 – Visitantes na Instituição – Pública.



Fonte: Autoria própria.

Quando questionados sobre quem os visitam, os idosos que estão na organização particular afirmaram receber visitas de familiares como, por exemplo, dos filhos, irmãos e netos e declararam que as visitas são frequentes, que ganham presentes de seus familiares e recebem visitas com direito a comemoração em seus aniversários. Conforme afirma Secchi (2008):

Proporcionar e motivar a integração da família com o idoso dentro da instituição, mostrar à família a importância das visitas periódicas aos idosos; bem como a sua participação em eventos da instituição, como festas temáticas, aniversários, atividades de lazer; sendo importantes para o bem estar dos idosos, permite o reatar dos vínculos familiares.

É importante destacar que todos os idosos que participaram da pesquisa na esfera particular possuem os vínculos familiares fortalecidos e mesmo estando institucionalizados, estes não se fragilizaram, afirmando o que diz Imaginário (2004) ao relatar que: “[...] é no seio da família que, mesmo em situações em que é impossível partilhar o mesmo teto, os idosos devem ser apoiados, sendo os laços afetivos mais importantes que o espaço físico”.

Quando comparados os dados da instituição privada com a instituição pública, é possível identificar uma diferença no público que os visitam. A maioria dos visitantes dos institucionalizados na organização pública são os amigos, mas considerando o relato dos idosos, dentre essa categoria, estão também pessoas externas como colegas, voluntários ou pessoas que vão apenas para conversar ou visitar a instituição. Eles consideram estes como amigos, pois em diversos casos, há uma frequência desses visitantes/voluntários, o que em muitos casos supre a ausência de afeto sofrida pelos idosos institucionalizados.

Outro percentual que se destaca é dos irmãos dos institucionalizados que correspondem a 27%, seguido por 13% que corresponde às visitas realizadas por filhos e netos. Vale ressaltar que se baseando nos relatos dos entrevistados, pode-se afirmar que as visitas não são frequentes, estes não souberam relatar ao certo a quantidade de vezes que recebem visitas de seus familiares durante o mês.

Um fator que chama a atenção ao comparar ambas as instituições é o fato de vários idosos da esfera pública não receberem nenhum tipo de visitas, pois como já citado anteriormente, estes possuem vínculos familiares

totalmente rompidos e, em muitos casos, os familiares não têm conhecimento das condições de vida desses idosos. Apesar de constar como lei, conforme está posto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

[...] São funções básicas da família: prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identificação grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2004, p.29)

Muitos familiares não têm a consciência sobre a importância de suas visitas para quem está na instituição, pois, conforme foi observado durante o processo de pesquisa de campo, a questão da baixa frequência de visitas está intrinsicamente ligada ao fato de os idosos se sentirem abandonados, desprezados, com o sentimento de solidão. De acordo com Conte (2009):

A falta da atenção, das visitas domiciliares o abandono em si é um fator desencadeante para depressão, pois as perdas são constantes em idosos passando a ser propenso a desencadear esta patologia, uma vez que ocorrem mudanças frequentes tanto físicas como emocionais.

Assim, podemos afirmar que os idosos ficam mais propensos ao isolamento, não gostando de se socializar e conversar com as demais pessoas que estão ao seu redor, preferindo ficar sozinhos e quietos, consistindo assim na origem de complicações tanto físicas quanto sociais e emocionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente pesquisa sobre a institucionalização de idosos foi um trajeto de extrema importância para as pesquisadoras, pois permitiu uma visão mais aprofundada desta realidade, que é cercada de diversos sentimentos, como a insegurança, ansiedade, alegrias, tristezas, entre outros. Conforme demonstrando, a legislação brasileira sofre diversas alterações no que tange às leis protetivas aos idosos, principalmente, quando se analisa o Estatuto do Idoso, que impõe uma obrigação solidária nos cuidados, instituindo a sociedade, a família e o Estado para esta responsabilidade.

Ao iniciar o trabalho, tínhamos como objetivo investigar como os vínculos familiares (ou a falta deles) influenciam no processo de institucionalização. No decorrer da pesquisa, pudemos identificar que o fator financeiro afeta diretamente na escolha da instituição em que os idosos serão colocados. É importante salientar que não se pode generalizar colocando apenas a questão financeira como fator determinante na institucionalização, pois sabemos que proporcionar ao idoso um local adequado para sua velhice, muitas vezes, é inacessível para a família, também por outros fatores como, por exemplo, a estrutura psicológica.

Outro elemento identificado durante a pesquisa foi em relação ao aspecto emocional dos idosos, como se comportam e como expressam seus sentimentos. Observou-se que geralmente ficam retraídos e isolados, pois entendem não ser mais importantes para seus familiares. Além das diversas doenças psíquicas que se apresentam durante o passar dos anos como, por exemplo, a depressão, desencadeada em muitos casos, pelo sentimento de negação dos idosos por seus familiares. Existem ainda outras doenças que são frequentes na velhice como Pressão alta, Diabetes, Bronquite, Alzheimer, entre outras.

Em relação à institucionalização, a pesquisa nos proporcionou profundas considerações no que tange as diferenças nos perfis dos idosos institucionalizados, seus sentimentos, suas vontades, bem como a questão dos vínculos existentes (ou não) entre eles e seus familiares. Observa-se que a instituição pública possui maior quantidade de idosos, todavia, estes não

recebem visitas frequentemente. Na instituição privada, observou-se a presença mais frequente de pessoas mais próximas ao idoso como, por exemplo, filhos e netos.

Com isso, observamos que os vínculos familiares ou a falta destes influenciam diretamente no processo de envelhecimento, tendo em vista que muitos daqueles idosos viveram toda sua trajetória junto de seus familiares. Assim, mesmo que não estejam mais convivendo no mesmo ambiente, é importante o cuidado por parte dos familiares no que tange à saúde física e emocional dos idosos institucionalizados.

Em relação aos idosos que não possuem vínculos com seus familiares, foi possível perceber que estes estão mais fragilizados e dependentes. Pode-se perceber por meio de seus comportamentos, totalmente adverso dependendo da personalidade de cada idoso como, por exemplo, requerer atenção ou se isolar por boa parte do dia; em outros casos, há idosos que se negam a realizar as atividades propostas pela instituição, sendo estas: a fisioterapia e a academia para terceira idade que há na instituição.

Com os aspectos analisados, nos foi permitido identificar disparidades entre as instituições, até mesmo, quando consideramos o número de idosos que cada instituição tem capacidade para atender. Entretanto, vale ressaltar que o processo de envelhecimento não é uma fase fácil, considerando as necessidades físicas e emocionais desenvolvidas por cada idoso, levando em conta suas subjetividades e suas histórias de vida.

É evidente que muitos familiares querem proporcionar o melhor aos seus pais e avós nesta fase da vida, mesmo quando estes não são capazes de prover os cuidados necessários, seja por necessidades de saúde dos idosos, pela rotina familiar ou até mesmo por questões financeiras. Com base nas entrevistas realizadas, avaliamos que independentemente da instituição em que o idoso se encontra, é de extrema importância salientar que nada substitui o processo de envelhecimento no âmbito familiar, para que este idoso possa preservar os vínculos com seus entes e desempenhar seu papel social, sentindo-se parte integrante de sua família, bem como, da sociedade em geral.

Como citado no início desta produção, o crescimento populacional faz com que se tenha também o aumento da população idosa, exigindo dos

familiares maiores cuidados e pessoas capacitadas; e do Estado, políticas públicas efetivas e qualificadas, proporcionando um envelhecimento de qualidade. Porém, com os dados coletados nas entrevistas foi possível perceber que as famílias buscam instituições e casa/lar para idosos, devido às dificuldades de se relacionar e de prover os cuidados necessários que um idoso necessita. Pôde ser observado que na instituição privada há, por parte dos familiares, certos cuidados e preocupação em relação ao local e à atenção que estes idosos receberão, mesmo que haja a fragilidade dos vínculos entre estes. O mesmo não ocorre com todos os idosos que estão na instituição pública, visto que muitos destes recebem visitas de vizinhos e colegas, mas não de seus familiares, pois estes já têm seus vínculos parcial ou totalmente rompidos.

O processo de envelhecimento não é fácil, sendo um período de conflitos entre muitos idosos e seus familiares, mas mesmo com estes conflitos, o envelhecimento no seio familiar é o mais adequado e faz com que o idoso se sinta valorizado, prezando pelos vínculos e não pela institucionalização. Considerando o exposto na análise, alguns idosos institucionalizados na instituição particular mantêm o contato com seus familiares, mesmo que distante, porém, a maior parte dos institucionalizados na instituição de caráter público não recebem visitas com frequência, sendo este, o fator que mais chamou a atenção durante o processo de pesquisa.

É importante salientar que não se pretende com essa produção fazer críticas às referidas instituições, nem ao tratamento ofertado aos idosos, mas analisar como se dá a questão da manutenção (ou não) dos vínculos familiares e, com isso, verificar de que forma desfrutam de sua velhice, considerando que de modo geral os idosos foram responsáveis pela manutenção de sua família por muito tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTRA, Adriana. **Velhos institucionalizados e família**: entre abafos e desabafos. Campinas-SP: Ed. Alínea, 2004.

BEAVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de vigilância sanitária - ANVISA. Resolução - RDC nº 283, de 26 de Setembro de 2005. Aprova o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial, na forma do Anexo desta Resolução. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 set. 2005. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/legis>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 jul. 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jan. 1994.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 out. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 810, de 22 de Setembro de 1989. Aprova Normas para Funcionamento de Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e Outras Instituições Destinadas ao Atendimento ao Idoso. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 set. 1989. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1989/prt0810_22_09_1989.html>. Acesso em: 07 maio 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília-DF, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.

CONTE, L.B.O.; SOUZA, L.N.A. Perfil epidemiológico do envelhecer com depressão. **Rev. Inst. Ciênc. Saúde**, v.27, n.3, p.214-9, jul./set. 2009.

COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o Terceiro Setor. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.7, n.2, 2005.

COUTINHO, Joana. **Desmistificando o Terceiro Setor**. Resenha do livro Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social por Montañó, Carlos. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25783>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de L. de O. Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

DUTRA, Isabel Cristina Bezerra et al. Impacto da experiência com idoso institucionalizado na formação acadêmica em fisioterapia. In: Encontro de iniciação à docência, 11., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula; MORANO, Tereza. Cotidiano e relações de poder numa instituição de longa permanência para pessoas idosas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, jul./dez. 2009.

FELIX, J. **Economia da longevidade: o envelhecimento da população brasileira e as políticas públicas para os idosos**. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp099466.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2018.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Brasília-DF, v.2, n.3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

IMAGINÁRIO, C. **O idoso dependente em contexto familiar**. Coimbra: Formasau, 2004.

LIMA, Maria Amélia Ximenes Correia. **O fazer institucionalizado: O cotidiano do asilamento**. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MATHIS, Adriana de Azevedo; SANTANA, Joana Valente. **Serviço Social e tradição marxista: notas sobre a teoria social crítica**. 2009. Disponível em:

<www.ifch.unicamp.br/cemarx/.../servico-social-e-tradicao-marxista-notas-sobre-teoriasoci.pdf>. Acesso em: 09 maio 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_283_2005_COMP.pdf/a38f2055-c23a-4eca-94ed-76fa43acb1pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.

MORAGAS, R.M. **Gerontologia social**: envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo: Paulinas; 1997.

NÉRI A.L. (Org.) **Qualidade de Vida na Velhice**. Enfoque Multidisciplinar. Campinas-SP: Ed. Alínea, 2007.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Mod. 1. Brasília, CEAD, 1999.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NOVAES, Regina Helena Lasneaux. **Os asilos de idosos no Estado do Rio de Janeiro – Repercussões da (não) integralidade no cuidado e na atenção à saúde dos idosos**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, 2003.

PASCHOAL, S.M.P. Epidemiologia do envelhecimento. In: PAPALÉO NETTO, M. **Gerontologia**. São Paulo Atheneu, 2006, p.26-43.

RODRIGUES, Lizete de Souza; SOARES, Geraldo Antônio. **Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea**. Revista Ágora, Vitória, 2006.

SECCHI, S.R. **Memória do idoso**: o papel da Terapia Ocupacional. 2008. Trabalho de Conclusão do Curso (Pós Graduação em Gerontologia) – Metrocamp, Campinas: 2008.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais e Religião**: um estudo Brasil/Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

SIMÕES, Pedro. **Gênero, origem social e religião**: os estudantes de Serviço Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

SPOSATI, Aldáisa. Assistência social: de ação individual ao direito social.
Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC, n. 10, jul./dez. 2007.

SUZUKI, Júlio. Baixa escolaridade é um problema extra para o idoso no Brasil.
Gazeta do Povo, 12 set. 2015. Disponível em:
<<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/baixa-escolaridade-e-um-problema-extra-para-o-idoso-no-brasil-byjl3bjdh1nfry1kj96eams6/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

APÊNDICE A – Entrevista com os idosos

Data da entrevista: ____/____/____.

Nome da Instituição: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Identificação:

01. Nome do entrevistado: _____

02. Sexo: Masculino () Feminino () Idade: _____

03. Qual é seu estado civil?

() Solteiro Casado () Viúvo () Separado/desquitado/ divorciado ()

04. Qual a escolaridade ?

05. Qual é a composição de sua familiar?

() Esposa/marido/ companheiro(a) () Irmãos(ãs) / cunhados(as)

() Filhos(as)/ genros /noras () Tios (as)

() Netos(as) () Sobrinhos(as)

() Outra (DESCREVA) _____

06. Possui alguma religião?

() Sim () Não Qual: _____

07. O Sr(a) recebe visitas? () Sim () Não () Quem?

08. O que motivou a sua vinda para a instituição?

() por opção própria () fui colocado () Outros _____

09. Qual o principal motivo do Sr.(a) morar na instituição?

() É sozinho () Família sem condições financeiras de cuidar

() Estava doente () Dificuldade de relacionamento familiar

() É sozinho e estava doente () Não sabe

() Sem cuidador na família () Outros (descreva):

10. Com quem morava antes de vir para a instituição?

() Sozinho

() Netos

- Esposa/ marido/ companheiro(a) Agregados não-parente
 Filhos(as)/ enteados(as)/ noras/ genros Outros
(descreva):_____

Irmãos(as)/sobrinhos(as)

11. Há quanto tempo está na instituição?

R:_____.

12. O Sr.(a) possui alguma renda?

Sim Não

13. Como o Sr(a) avalia a sua saúde?

Muito Boa Regular
 Boa Ruim

14. O que é mais positivo na instituição?

R:_____.